

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL**

**VÍNCULOS AFETIVOS NA INSTITUIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS ABRIGADAS ACERCA DA
FAMÍLIA E DO ABRIGO**

STÉPHANE FIGUEIREDO DE SOUSA

RECIFE

2010

STÉPHANE FIGUEIREDO DE SOUSA

**VÍNCULOS AFETIVOS NA INSTITUIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS ABRIGADAS ACERCA DA
FAMÍLIA E DO ABRIGO**

Dissertação de mestrado apresentada à
Universidade Católica de Pernambuco como
requisito final para a obtenção do grau de mestre
em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Albenise de Oliveira Lima

RECIFE

2010

STÉPHANE FIGUEIREDO DE SOUSA

**VÍNCULOS AFETIVOS NA INSTITUIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS ABRIGADAS ACERCA DA
FAMÍLIA E DO ABRIGO**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^ª Dra. Albenise de Oliveira Lima
Orientadora – UNICAP/PE

Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas
Examinador interno – UNICAP/PE

Prof^ª Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho
Examinadora externa - UFPB

RECIFE

2010

*Aos meus pais, por tê-los como minha base segura.
Ontem, hoje e sempre...*

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor e misericórdia, que me fortalece em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, que são minha base segura, dando-me todo o suporte e sempre me apoiando nas minhas decisões.

Ao meu esposo, pela dedicação, paciência e amor que me dedica todos os dias.

A minha orientadora, Albenise de Oliveira Lima, pelos seus ensinamentos tão essenciais, pela dedicação, compreensão e atenção.

Ao professor convidado, Marcus Túlio Caldas, pelas contribuições valiosas para o meu trabalho.

À professora convidada, Maria da Penha de Lima Coutinho, por suas contribuições essenciais ao meu trabalho e pela disponibilidade.

À professora Cristina Brito, pelo seu carinho e pelas muitas conversas durante os nossos almoços.

Às crianças que participaram da pesquisa, peças chaves no nosso trabalho. Vocês me fizeram acreditar que, apesar das diversidades encontradas no caminho, é possível, sim, ser feliz, basta acreditar.

Aos funcionários da Instituição, pelo apoio, dedicação e disponibilidade tão importantes para a realização da nossa pesquisa.

Aos colegas do Mestrado, em especial, a Daniela Heitzmann, que foi minha companheira fiel nas viagens cheias de aventuras ao Recife e que, com sua humildade e simplicidade, ensinou-me muito sobre a vida.

Os sonhos são como vento, você os sente, mas não sabe de onde eles vieram e nem para onde vão.

Augusto Cury

RESUMO

O objetivo desse estudo foi compreender como a criança institucionalizada através do desenho da família com história (DF-E), percebe a família. A partir desse eixo, investigou-se os vínculos afetivos estabelecidos por essas crianças em relação aos cuidadores e a outras crianças; foram analisados através dos desenhos e histórias, as possíveis metáforas oriundas da separação precoce do grupo familiar de origem, como também, foram investigados os vínculos familiares representados nos desenhos. Participaram desse estudo 10 crianças com idades entre 05 e 07 anos e que não mantinham contato com a família de origem, abrigadas em uma instituição localizada na cidade de João Pessoa, PB. O método utilizado foi de natureza qualitativa, empregando como instrumento para a coleta das informações a técnica do Teste do Desenho de Família com Estórias (DF-E). Os resultados revelaram representações de uma família idealizada, como uma tentativa de aliviar o sofrimento causado pela ruptura familiar e pela violência sofrida. Percebeu-se que diante da alta rotatividade de funcionários da instituição, as crianças acabam cuidando umas das outras, sendo esta uma forma que encontram para minorar a tristeza e angústia da separação familiar. Ao tentarem reconstruir uma família, muitas experiências tornam-se frustradas, revivendo a violência da rejeição, do abandono, e intensificando a resistência e o recolhimento da criança para novas oportunidades de reconstrução familiar. Observou-se também no relato das histórias das crianças, que alguns adultos do abrigo tornam-se suporte afetivo delas, ao representá-los como figura de apego, que transmite afeto e segurança. A análise dos desenhos e das histórias narradas possibilitou perceber como a vida das crianças que participaram da pesquisa se entrelaça e se mistura, compondo um mosaico de movimentos com diferentes histórias de vida, diferentes subjetividades, numa diversidade de tempo e espaço que vão delineando seus vínculos afetivos.

Palavras-chave: desenho da família; vínculos afetivos; criança e família.

ABSTRACT

The aim of this study was to understand how the child institutionalized through the design of family history (DF-E), see the family. From this axis, they investigated the affective bonds established by these children about their caregivers and other children, were analyzed through drawings and stories, the possible metaphors originating from the early separation of the family group home, also were investigated family ties represented in the drawings. Participated in this study 10 children aged between 05 and 07 years and had had no contact with the family of origin, housed in an institution located in the city of Joao Pessoa, PB. The method used was qualitative, using as a tool for data collection technique Test Design Family with Stories (DF-E). The results revealed representations of an idealized family, as an attempt to alleviate the suffering caused by family breakdown and violence suffered. We realized that given the high turnover of staff of the institution, the children end up taking care of each other, which is finding a way to alleviate the grief and anguish of family separation. In trying to rebuild a family, many experiences become frustrated, reliving the violence of rejection, abandonment, and increasing the resistance and retraction of the child to new opportunities for family reconstruction. Also observed in the reporting of stories of children, some adults shelter become affective support them, to represent them as an attachment figure, which conveys affection and security. Analysis of drawings and stories narrated allowed us to see how the lives of children who participated in the research intertwines and blends, creating a mosaic of movements with different backgrounds, different subjectivities in a variety of time and space that will outlining their bonds.

Keywords: picture family; emotional bonds, child and family.

RESUMEN

El objetivo de este estudio era comprender cómo el niño institucionalizado a través del diseño de la historia familiar (DF-E), ver a la familia. Desde este eje, que investigó los vínculos afectivos establecidos por estos niños de sus cuidadores y otros niños, se analizaron a través de dibujos y cuentos, las metáforas posibles procedentes de la separación temprana de la vivienda del grupo familiar, También se investigaron los vínculos familiares representados en los dibujos. En este estudio participaron 10 niños de edades comprendidas entre 05 y 07 años y no había tenido contacto con la familia de origen, situado en una institución ubicada en la ciudad de Joao Pessoa, PB. El método utilizado fue cualitativa, utilizando como herramienta técnica de recolección de datos de prueba de diseño Familia con Historias (DF-E). Los resultados revelaron que las representaciones de una familia idealizada, como un intento de aliviar el sufrimiento causado por la desintegración familiar y la violencia que sufren. Nos dimos cuenta de que, dada la alta rotación de personal de la institución, los niños terminan el cuidado de sí, que es encontrar una manera de aliviar el dolor y la angustia de la separación familiar. Al tratar de reconstruir una familia, muchas experiencias se sienten frustrados, reviviendo la violencia de rechazo, abandono, y el aumento de la resistencia y la retracción de los niños a nuevas oportunidades para la reconstrucción de la familia. También se observó en la presentación de historias de los niños, los adultos convertido en un refugio afectivo los apoyan, para que los represente como una figura de apego, que transmite afecto y la seguridad. Análisis de dibujos y cuentos narrados nos permitió ver cómo las vidas de los niños que participaron en la investigación se entrelaza y mezcla, creando un mosaico de movimientos de distintos orígenes y diferentes subjetividades en una variedad de tiempo y espacio que esbozar sus bonos.

Palabras clave: dibujo de la familia, vínculos emocionales, el niño y la familia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FAMÍLIA E VÍNCULO: onde tudo começa	14
1.1 Breve histórico sobre as novas concepções de família	15
1.2 Teoria do Apego	20
1.3 Vínculos afetivos na instituição	27
2 O ABRIGO COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO: quando o sonho de uma vida em família fracassou	32
2.1 Instituições de abrigo: percurso histórico	35
2.2 O abrigo como rede de apoio social e afetivo	38
3 OBJETIVOS DA PESQUISA	45
3.1 Objetivo Geral	45
3.2 Objetivos Específicos	45
4 MÉTODO	46
4.1 Cenário da pesquisa	46
4.2 Participantes	46
4.3 Coleta de dados	47
4.4 Procedimento para coleta das informações	47
4.5 Procedimentos éticos para a inclusão dos participantes	48
4.6 Procedimento para a análise das informações colhidas	48
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO: resgatando histórias	50
5.1 A história de cada um	50
5.2 Algumas reflexões sobre a história de cada um	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

ANEXOS	99
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética.....	100
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	101

INTRODUÇÃO

As disparidades sociais, bem como a falta de políticas públicas que amparem as famílias em situação de vulnerabilidade social, acabam por ocasionar o abrigamento de crianças e adolescentes que são frutos dessas famílias vulneráveis, abandonadas e que veem na institucionalização o único recurso possível para dar uma condição de sobrevivência aos filhos.

A colocação da criança ou do adolescente em abrigo é uma medida de proteção, disposta no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que deve ser aplicada quando os direitos estabelecidos pela lei forem ameaçados ou violados. O abrigo é um serviço que oferece acolhimento provisório, em moradia coletiva, a crianças e adolescentes que não podem contar com familiares capazes de responsabilizarem-se por elas. Quando a criança é abandonada ou enviada para um abrigo, é privada de ter uma família onde se supõe, exista intimidade e cumplicidade. Concorde-se com Santos (2000), quando afirma que a privação dos vínculos afetivos durante a infância interfere no desenvolvimento saudável da criança, o que pode acarretar danos nas suas relações com o outro e com o meio ambiente.

Sensibilizada com o cenário descrito acima, surgiu o interesse em promover um estudo acerca dos vínculos desenvolvidos por crianças institucionalizadas, já que estas carregam em suas bagagens o sentimento do abandono, da privação de suas famílias. A partir da preocupação com estas crianças, foi investigado, se a instituição, na ausência da família de origem, exerce a função de família proporcionando a construção de vínculos afetivos saudáveis e através da técnica do Desenho da Família com Estórias

(DF-E), investigou-se a percepção destas crianças abrigadas acerca da família e da instituição.

No primeiro capítulo foi abordada a importância da família como base estruturante para o indivíduo. Partiu-se do princípio de que a família funciona como uma rede de apoio social, que deve ser compreendida em sua diversidade de arranjos, e no seu renovar-se constante. Num segundo momento, fez-se um breve histórico acerca das transformações que a família vem sofrendo e da repercussão que tal fato tem acarretado nos indivíduos. Posteriormente, foi abordada a construção dos vínculos afetivos na infância a partir da Teoria do Apego proposta por Bowlby, com enfoque nas necessidades de uma criança para crescer e se desenvolver de maneira saudável. Por fim, refletiu-se sobre os vínculos afetivos que as crianças acabam construindo dentro do abrigo e a importância dos relacionamentos com figuras estáveis e que transmitam segurança e carinho.

O segundo capítulo versa sobre o abrigo enquanto medida de proteção que deve garantir a segurança e sobrevivência de crianças, sempre que seus direitos forem violados; o papel importante do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na implantação de políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes brasileiros. Em seguida fez-se um percurso histórico sobre as instituições de abrigo e suas transformações que estão atreladas às mudanças significativas em prol da criança, no final do século XIX, com o surgimento de novas políticas assistencialistas envolvendo preocupações médicas e jurídicas, trazendo à tona a preocupação de se criar leis para proteger a criança abandonada. Por fim, o capítulo aborda a possibilidade de o abrigo ser um local de cuidado para crianças e adolescentes, podendo ofertar um ambiente mais organizado, com possibilidades de construir novas relações afetivas.

Após o embasamento teórico do estudo são apresentados os objetivos que nortearam a pesquisa e, posteriormente, apresenta-se no terceiro capítulo o método utilizado, onde descrevemos o cenário da pesquisa, os participantes, a coleta de dados, os procedimentos para coletas das informações, procedimentos éticos para inclusão dos participantes e por fim o procedimento para análise das informações colhidas. Dando continuidade apresentamos no quarto capítulo a análise e discussão dos resultados obtidos, bem como foram tecidas algumas considerações acerca dos dados coletados.

Por fim, as considerações finais trazem algumas reflexões e implicações deste estudo na vida das crianças que vivem em situação de abrigo.

1. FAMÍLIA E VÍNCULOS: ONDE TUDO COMEÇA ...

Somos moldados e remoldados por aqueles que nos amaram; e, embora o amor possa passar, somos, no entanto, obra deles, para o bem ou para o mal. (Fraçois Mariac)

A família pode ser compreendida como o primeiro microssistema social no qual a criança inicia suas primeiras relações de apego, servindo como uma rede de apoio social onde os indivíduos que dela fazem parte, encontram conforto, segurança e um ambiente facilitador da construção de vínculos afetivos (Siqueira e Dell’Aglío, 2007).

Ao se pensar em família, no atual contexto, deve-se compreendê-la em sua diversidade de arranjos, com novos valores, que surgiram a partir das transformações e da nova função que esta passou a ter na sociedade. E o resultado dessas transformações é a ampliação do conceito de Família que hoje engloba diversas configurações familiares contemporâneas: como as monoparentais, homoparentais, recompostas, etc.

A família é sistema de relações que se traduz em conceitos e preconceitos, ideias e ideais, sonhos e realizações. Uma instituição que mexe com nossos mais caros sentimentos. Paradigmática para outros relacionamentos, célula *mater* da sociedade. (...) Família, um caleidoscópio de relações que muda no tempo de sua constituição e consolidação em cada geração, que se transforma com a evolução da cultura, de geração para geração (Groeninga, 2003, p.125).

O matrimônio já não é indispensável e tampouco indissolúvel. Todas as pessoas têm o direito de casar e descasar. A hierarquia, o patriarcalismo e as desigualdades dão lugar à democracia e à igualdade entre cônjuges e filhos. Já não

existe o *Pátrio Poder*, substituído por *Poder Familiar*, onde homens e mulheres são tidos como colaboradores de um projeto de vida comum, devendo as decisões ser tomadas em conjunto, dividindo direitos, deveres e responsabilidades, para com o lar, os filhos e tudo o que envolver a família. Diante das mudanças ocorridas, a família deixa de ter por função a transmissão patrimonial, passando a valorizar o patrimônio existencial, devendo propiciar aos seus membros, um ambiente que possibilite o desenvolvimento saudável destes, preservando o afeto, a solidariedade, o amor, o respeito e a confiança. Quando os pais não cumprem sua função social de promover o desenvolvimento saudável da subjetividade de seus filhos, podem ter o *Poder Familiar* extinto legalmente.

1.1 Breve histórico sobre as novas concepções de família

A família contemporânea vem sendo representada não mais apenas por aquele modelo patriarcal, constituído por um pai, uma mãe e pelos filhos – modelo tido como ideal. Inúmeras representações vêm surgindo: casais homossexuais, mães ou pais solteiros que criam sozinhos os seus filhos, o que contribui para a ampliação do conceito do que seja uma família equilibrada e funcional. Sobre esse tema, Schireiner (2006, p.6) diz:

Uma família “diferente” é igual a uma família “desequilibrada”. Puro engano, a experiência e o convívio moderno, em especial nos grandes centros urbanos, mostra que, contrariando os contos de fadas, as famílias ‘não tradicionais’ podem ser felizes e ser berço de crianças alegres e futuros adultos equilibrados.

O modelo patriarcal, que vigorava até o final do Século XIX trazia o conservadorismo da família que tinha por função garantir a tranquilidade da transmissão

do patrimônio. No Brasil, Costa (1999), descreve de maneira interessante, a trajetória da família do Brasil colonial até a família nuclear do final do Século XIX.

A família do período colonial era bastante extensa, incluindo além do casal, filhos legítimos e ilegítimos, parentes, afilhados, agregados, escravos e até moleques de serviço. Todos viviam dentro das casas, de maneira simples, rude e sem muita higiene, misturados e praticamente isolados do resto do mundo. O grande número de pessoas que viviam dentro de uma casa, acabava impedindo uma aproximação afetiva entre pais e filhos, impossibilitando o surgimento da privacidade familiar e desestimulando a formação de laços afetivos.

A família colonial era hierarquizada, sendo o homem o centro da casa e detentor de todos os poderes, devendo, as demais pessoas, serem subordinadas a ele. Representava todos os valores que mantinham o estado atual da família. Havia uma ausência quase geral de afeto do homem para com o resto da família inclusive da sua esposa. Pois, quanto mais distante emocionalmente, mais autoridade ele possuía. A casa era gerenciada pela mulher, já que o homem ocupava-se apenas de seus negócios e não se preocupava com os assuntos domésticos. A mulher estava sempre rodeada com alguma função doméstica, com a organização da casa e com a supervisão do trabalho escravo.

De acordo com Costa (1999), a família colonial brasileira começa a sofrer mudanças a partir da chegada do Príncipe Regente ao Brasil. Já não bastava ter dinheiro, era preciso refinamento com a aquisição de novos hábitos culturais, novos costumes e novos modos de viver. Houve a necessidade de reorientar o capital doméstico e investir na saúde, na educação e na cultura das crianças. A relação entre pais e filhos também sofreu mudanças e os primeiros passaram a se encarregar da disciplina e da educação

dos filhos. A família passou a ser vista como local de proteção e cuidados da infância. As mulheres passam a reivindicar um cuidado e atenção que antes não usufruíam.

Era necessário que a família dominasse os hábitos e regras da sociedade européia, sendo exigência para que pudesse fazer parte da nova sociedade. Diante de tantas mudanças, a família começa a sentir-se desamparada e desorientada e a solução foi recorrer aos médicos, surgindo então, o movimento higienista. Utilizando-se de uma cultura higienista, a medicina desempenhou um papel importante na evolução da família patriarcal para a família moderna, transmitindo disciplina, valores básicos e morais (Muricy, 1987). A família passa a ter um papel, atribuído pela medicina, de ordenadora social. A subjetividade dos indivíduos passa a ser discutida nessa nova vertente naturalista, imposta pela medicina, onde são considerados os aspectos físicos e psicológicos. O sentido de intimidade familiar começou a ser criado e o convívio exclusivo entre pais e filhos valorizado.

As mulheres foram pouco a pouco conquistando seu espaço e não se sujeitando mais a uma condição passiva, reivindicando o direito de trabalhar fora e dividir os cuidados dos filhos com o marido. Com o final da Segunda Guerra Mundial, observa-se outra revolução na instituição família: o uso de métodos contraceptivos para o planejamento familiar tais como a pílula e os dispositivos intrauterinos. O poder masculino é diminuído e as mulheres passam a garantir um papel mais ativo na sociedade. Então começou a surgir o estereótipo de uma mulher “masculinizada” e de um homem “feminilizado” e, de acordo com Roudinesco (2003, p.152), “deduzia-se que os filhos dessas mulheres ‘viris’ e desses homens ‘andrógenos’ não conseguiram garantir para si uma identidade estável”. Ainda segundo a autora, esta autonomia da mulher leva o casamento a perder sua força simbólica provocando uma alta nos

divórcios. Muitos conservadores chegaram a temer a extinção da família e a partir daí, surge a noção de família recomposta.

[...] a família contemporânea se pretendeu frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre os homens e as mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social. Assim, fez brotar de seu próprio enfraquecimento um vigor inesperado (Roudinesco, 2003, p. 153).

A família contemporânea vem sendo representada pelo declínio do casamento e de acordo com Ramos (2003) vive-se na era do individualismo e do descartável, inclusive nos relacionamentos, pois se o relacionamento não anda bem, a culpa é do parceiro que já não satisfaz, sendo este descartado.

De fato, a família que somos levados a considerar como natural, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente (como mostram, particularmente, os trabalhos de Áries e de Anderson sobre a gênese do privado, ou de Shorter sobre a invenção do sentimento familiar) e, quem sabe, voltada à desapareição mais ou menos rápida (como levam a crer o aumento da taxa de coabitação fora do casamento e as novas formas de laços familiares inventados a cada dia) (Bourdieu, 1996, p. 125, em Pereira, 2006).

Mas, apesar de todas essas transformações, a família ainda é muito desejada pelas pessoas e, segundo Roudinesco (2003), por mais que esta instituição em suas várias formas, encontre-se em crise, ainda é vista como a única capaz de desenvolver, da melhor forma, a subjetividade do indivíduo. A família exerce o papel de mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando a sua socialização, elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil.

Pensando a família como o principal contexto de desenvolvimento humano, *locus* privilegiado para que o desenvolvimento infantil ocorra em bases seguras e satisfatórias, percebe-se que nem sempre esta consegue ofertar aos seus membros os cuidados de que tanto necessitam, pois sua estrutura é frágil sendo negligenciada pelas políticas públicas e pela própria sociedade.

A situação da família é também caracterizada por problemas sociais de natureza diversa, tais como atentados frequentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros (Ferrari; Kaloustian, em Kaloustian, 2000, p. 12).

Existe por trás de uma criança, que vive em situação de negligência e vulnerabilidade social, uma família, que, assim com ela, também encontra-se vulnerável, vítima de abandono e descaso por parte das políticas públicas que têm o dever de prestar assistência para que esta possa exercer suas responsabilidades para com seus membros, ofertando-lhes condições de desenvolvimento satisfatório.

O que estamos presenciando na atual conjuntura é uma grande crise social brasileira, que tem se expressado pelo crescimento descontrolado da pobreza e da violência dela resultante, evidenciando a ausência ou total ineficiência das políticas sociais e assistenciais adotadas pelo Estado brasileiro (José, 2002, p. 50).

O artigo 226 da Constituição Brasileira afirma que a família é a base da sociedade, devendo ser assistida e protegida para que possa exercer adequadamente as suas funções e sendo assim, é importante que a sociedade movimente-se no sentido de assegurar que a lei seja cumprida e que estas famílias, que vivem em situação de vulnerabilidade social recebam a ajuda de que tanto necessitam, para que possam dar condições para que seus membros tenham um ambiente estruturado. É dever do Estado e da sociedade, cuidarem dessas famílias no intuito de diminuir as chances de crianças e adolescentes serem separados de suas famílias de origem e colocados em abrigos.

Idealmente, o microsistema familiar é a maior fonte de proteção, afeto e apoio para a criança. É dentro da família que se desenvolvem o senso de permanência (percepção de que os elementos centrais da vida são estáveis e organizados) e de estabilidade (sentimento de segurança de que não haverá rupturas desses

relacionamentos) (Cecconello & Koller, 2000). Entretanto, deve-se ressaltar que a família não é a única referência estruturante para uma criança. O modelo familiar é um dos muitos sistemas de cuidado possíveis, não garantindo, necessariamente, que a criança se beneficiará desse cuidado e se transformará num indivíduo seguro e autônomo. Por outro lado, o fato de a criança ser criada longe de sua família de origem, também não significa, por si só, que haverá prejuízos em seu desenvolvimento. Muito mais importante do que saber qual é o sistema de cuidado aplicado à criança (família biológica, família substituta, instituição, etc.) é saber como esse sistema opera para dar conta dos cuidados necessários e o quanto ele se mantém estável ao longo do tempo.

Bowlby realizou diversos estudos sobre os efeitos da ausência materna para crianças apresentando a teoria do apego e fornecendo uma compreensão à natureza e à origem dos vínculos afetivos, aos processos de construção e rompimento dos mesmos, ressaltando sua importância para os seres humanos (Abreu, 2005). Nesta pesquisa, foram adotados os conceitos da Teoria do apego, por acreditar-se que estes valorizam a construção dos vínculos afetivos na infância e elegem como fundamentos de uma personalidade saudável, a confiança e a autonomia.

1.2 Teoria do Apego

Fundamentada nas teorias de Etologia e da Evolução, a Teoria do Apego de Bowlby (2004) foi estruturada sobre o conceito de existência de um sistema comportamental que regula os comportamentos de busca por proximidade e a manutenção de contato da criança com indivíduos específicos que venham fornecer segurança física ou psicológica. Bowlby definiu o comportamento de apego como: “[...] qualquer forma de comportamento que resulte em uma pessoa (criança), alcançar e

manter proximidade com algum outro indivíduo claramente identificado (mãe ou cuidador), considerado mais apto para lidar com o mundo” (Bowlby, 2002, p.225).

A Teoria do Apego iniciou-se com uma pesquisa realizada por John Bowlby na clínica Tavistock (Inglaterra), sobre as origens do desenvolvimento psicopatológico na infância e na idade adulta (Abreu, 2005). O objetivo de Bowlby foi compreender as possíveis influências adversas no desenvolvimento da personalidade e da falta de cuidados maternos adequados durante os primeiros anos de vida – quando as crianças são separadas daquelas pessoas que lhes são familiares e lhes fornecem apoio emocional. Bowlby (2002) propôs três características para distinguir o apego de outros vínculos:

- Busca de proximidade, onde a criança tenta manter-se em um ambiente protegido por seu objeto de ligação, suportando afastamentos temporários;
- Estabelecimento de uma base segura, onde haja a presença de uma figura de apego que forneça um ambiente seguro para a criança; e
- Reação de protesto pela separação e conseqüente busca pela figura de apego na tentativa de evitar o rompimento;

A Teoria do Apego coloca em evidência a importância do vínculo emocional desenvolvido entre a criança e seu cuidador e de acordo com Berthoud (1997, p. 31):

O apego desenvolve-se gradativamente durante o primeiro ano de vida do bebê e vai depender basicamente das características tanto da mãe como do bebê que, ao longo de um contato íntimo e prolongado nos primeiros meses de vida, vão se influenciando e se modificando mutuamente.

As primeiras relações de apego surgem ainda nos primeiros anos de vida quando o bebê busca se aproximar da mãe, ou seu cuidador, emitindo sinais através do choro,

sorriso, olhar, por exemplo. A evolução do comportamento de apego segue fases que se formam a partir dos estímulos recebidos no ambiente familiar e social em que são criadas as crianças (Abreu, 2005). Estas fases se organizam e desenvolvem-se conforme a evolução de sistemas comportamentais do bebê ao nascer, que são ativados por estímulos ambientais diversos. Mary Ainsworth (1969, citada por Abreu, 2005), contribuiu significativamente para o aprofundamento da compreensão da teoria do apego quando formulou categorias (padrões) de relacionamento mãe-bebê permitindo entender o resultado da interação de uma forma mais profunda.

A partir da observação do relacionamento entre mães e seus bebês em diferentes culturas, a autora citada desenvolveu uma técnica de investigação do comportamento relacional. Com isso pôde criar categorias de comportamento que expressam as diferentes formas com que o apego se instala e se manifesta nas relações. Esses padrões de relacionamento serão à base de todas as relações que irão ser desenvolvidas ao longo da vida adulta.

Ao citar Mary Ainsworth, Abreu (2005) diz que através de suas pesquisas ela apresenta observações feitas com crianças em uma dada situação, objetivando medir a tensão acumulada pela criança na ausência de sua mãe e, assim, estudar as diferenças individuais que as caracterizavam em função do uso que faziam de suas cuidadoras (mães) no que se referia à capacidade de experimentar conforto ou desconforto na exploração do ambiente desconhecido. Tendo em vista esses critérios, a autora diferencia o comportamento e a qualidade do apego da seguinte maneira: apego seguro, apego inseguro/esquivo, apego inseguro/resistente.

No padrão de apego seguro a criança está confiante que, caso depare-se com alguma situação adversa ou amedrontadora, seus pais sempre estarão disponíveis para auxiliá-la de forma amável e afetiva. [...] se uma criança teve a sorte de crescer em um bom lar comum, ao lado de pais afetivos dos quais pôde contar com o apoio

incondicional, conforto e proteção, consegue desenvolver estruturas psíquicas suficientemente fortes e seguras para enfrentar as dificuldades da vida cotidiana. Nestas condições, crianças seguramente apegadas são aquelas que tratam seus pais de uma forma saudável e amigável, estabelecendo com eles uma intimidade de forma fácil e sutil, além de manter com eles um fluxo livre de comunicação (Bowlby, 2004, p.73).

Quando a figura de apego é confiável em suas respostas ao bebê, este pode desenvolver uma resposta de apego seguro; o que corresponde ao estabelecimento de um padrão de vínculo em que o sentimento de autoestima é positivo e a capacidade de confiança no outro é forte; a criança sente-se aceita e compreendida em seus sentimentos negativos, o que permite reconhecê-los e expressá-los sem medo de rejeição. A criança pode, dessa forma, manifestar suas dificuldades, suas necessidades e pedir apoio nos momentos de fragilidade, sem receio de ver-se diminuída. Ao fazer isso, pode integrar sentimentos e sentir-se no controle de uma vida previsível; no convívio social mostra uma expectativa positiva (Abreu, 2005).

Já no padrão inseguro/esquivo, as crianças mostram-se hesitantes quanto à possibilidade de receber algum tipo de ajuda (ou resposta) de seus pais, caso venha requerê-las. Esse padrão geralmente é marcado pelo conflito com os pais que se mostram disponíveis e prestativos em alguns momentos, e, em outros, não apresentam tal receptividade. De acordo com Bowlby (2002), a criança ansiosamente apegada e evitativa frequentemente mantém-se ocupada com alguma atividade, ignorando ou mostrando-se desatenta às iniciativas de contato dos pais ou cuidadores. Ela aprende a reprimir seus sentimentos passando a negar qualquer necessidade de apego recusando aproximar-se de qualquer outra figura que tente estabelecer um vínculo, tornando-se “agente de sua própria privação” (Karen, 1998, citada por Abreu, 2005, p.92). Esta categoria de apego foi bastante evidenciada nas crianças que participaram da pesquisa. Diante das perdas sofridas com a ruptura com suas família de origem, muitas vezes

essas crianças perdem a confiança nas pessoas o que dificulta a construção de novos vínculos, pois temem que estes, novamente, sejam desfeitos.

No padrão inseguro/resistente, as crianças são classificadas como ansiosamente apegadas à mãe e resistentes. A criança demonstra ambivalência de comportamentos entre a busca de proximidade e a resistência ao contato materno e/ou interação da mãe. Neste modelo, a criança não tem nenhuma confiança de ser auxiliada ao procurar assistência; ao contrário, espera sempre ser rejeitada e não acolhida. A disposição interna dessa pessoa encontrar-se-á voltada para uma autossuficiência emocional em função dos constantes descuidos por ela vivenciados, quando buscou amparo e proteção em sua vida pgressa. A criança exibe um comportamento exploratório pobre (dificuldade de se isolar para explorar o ambiente); necessita sempre de contato, mesmo antes da separação apresentando receio de situações e pessoas diferentes. Esse padrão de apego também foi encontrado nas crianças pesquisadas, que apresentam comportamentos ambivalentes, ora querendo manter vínculo e ora isolando-se de manter contato com outras pessoas.

Brazelton (1988, p.119) fala desses padrões de apego da seguinte forma:

O bebê com apego seguro pode se manter organizado frente ao estresse, expressa seu afeto diretamente e pode suavemente recobrar o equilíbrio recebendo o suporte das pessoas em quem confia. O bebê ambivalente/resistente possui um baixo limiar para sentir-se ameaçado, desorganiza-se rapidamente e não consegue recuperar facilmente seu equilíbrio. O bebê evitativo já aprendeu a se salvar dos afetos muito fortes, expressa seu afeto indiretamente e evita o contato quando ele é mais necessário.

Main & Solomon (1986) citado por Abreu (2005), sugeriram a existência de um quarto padrão que chamaram de apego inseguro desorganizado/controlador, no qual a criança apresenta comportamentos contraditórios, estereotipados, indicando uma conduta com características desorganizadas e desorientadas.

[...] a criança parece tentar controlar ou direcionar a atenção e o comportamento da mãe, assumindo um papel que normalmente é mais apropriado para os pais em relação à criança. Existem dois sub-grupos: o punitivo – controlador [no qual] a criança age para humilhar, embaraçar, ou rejeitar a mãe [e] o controlador – cuidador [no qual] a criança pode ser solícita e protetora em relação à mãe de maneira a sugerir que a mãe seja dependente dela (Main & Cassidy, 1998, citados por Bowlby, 2002, p.75).

É importante considerar que o padrão de apego desenvolvido nos primeiros anos de vida da criança influencia na formação do autoconceito, autoestima e no modo como se vincula afetivamente com outras pessoas. Segundo Bowlby (2002), existe uma forte correlação entre o padrão de apego observado em um bebê ou uma criança mais velha e o padrão de cuidados maternos que receberam. Portanto, existem evidências sugestivas de que o padrão de apego de uma criança com sua mãe ou cuidador é, em alto grau, a consequência do padrão que ela recebeu dos primeiros cuidados. Para Winnicott (2006), a primeira relação de um ser humano acontece durante as experiências vividas na maternagem, onde a mãe oferta a criança um ambiente saudável, seguro, propiciando a satisfação de suas necessidades mais essenciais. Assim sendo, as crianças precisam de maternagem, não importando a situação em que vivam, e esses cuidados podem ser dados por outra(s) pessoa(s) que não seja necessariamente a mãe.

O fundamental é que haja o entendimento das funções, das emoções e dos efeitos envolvidos no processo de maternagem, para que esta se torne uma das tarefas mais importantes que o adulto venha a realizar, a fim de melhorar as condições sob as quais acontece o desenvolvimento inicial das crianças.

Considerando estes aspectos, é primordial que a criança se relacione com figuras estáveis e que esta relação, além de contar com alimentação e outros cuidados, encerre afeto. Somente desta forma, o seu desenvolvimento afetivo e social acontecerá adequadamente. A importância do ambiente no desenvolvimento da criança é notória na

vinculação afetiva e seria a responsável pelo estabelecimento da confiança e da segurança para apreender o mundo (Barros e Fiamenghi Jr, 2007).

Dizer que uma criança tem apego por alguém significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está cansada, assustada ou doente. Bee (1996) define o apego como uma variação do vínculo afetivo. A autora usa o relacionamento entre pais e filhos para fazer a diferenciação entre apego e vínculo afetivo. O sentimento do bebê em relação aos pais é um apego, já que ele sente nos pais uma base segura para que possa explorar o mundo. Já o sentimento dos pais em relação ao bebê é denominado de vínculo afetivo, pois os pais não sentem um aumento da segurança na presença de seu filho, pois este não exerce a função de uma base segura.

O apego traz consigo emoções e sentimentos subjacentes a toda e qualquer forma de relacionamento humano, e sua importância é inquestionável. É um momento específico do desenvolvimento emocional onde a criança organiza seu comportamento em relação ao cuidador, na vigência de uma situação de estresse.

Para Stern (1992) o cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, cognição, linguagem, entre outros. Quando a criança é privada dessa relação, ela desenvolve angústia, exagerada necessidade de amor, forte sentimento de vingança e, em consequência, culpa e depressão. Portanto, para este estudioso, a criança que vive em instituição, sem a presença de uma pessoa significativa, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois foi privada total ou parcialmente de se vincular afetivamente com alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados (Bowlby, 2006).

Partilhando com o que diz Bowlby, acreditamos ser importante que se invista na qualificação dos profissionais que trabalham nos abrigos e que lidam diariamente com

crianças e adolescentes, garantindo as condições necessárias para o seu desenvolvimento satisfatório, tanto no presente quanto no futuro.

1.3 Vínculos afetivos na instituição

Dentre as práticas de cuidados com a infância, a colocação de criança em instituições de abrigo, tem sido a forma encontrada pelas políticas públicas e pela sociedade para proteger essa população vulnerável (Guirado, 2004).

Quando a criança tem seus direitos violados, e sofre algum tipo de negligência, abuso ou maus-tratos, é enviada para um abrigo no intuito de ser acolhida e protegida. Mas, é importante considerar que, independentemente do tratamento que esta criança recebia em seu habitat natural, a sua ruptura gera sofrimento, ansiedade e insegurança.

O vínculo é um aspecto tão fundamental na condição humana, e particularmente essencial ao desenvolvimento, que os direitos da criança o levam em consideração na categoria convivência – viver junto. O que está em jogo não é uma questão moral, religiosa ou cultural, mas sim uma questão vital (Vicente, em Kaloustian, 2000, p. 50-51).

E para que a ruptura não gere consequências danosas para o desenvolvimento da criança, é importante que o abrigo que a acolhe ofereça um ambiente continente que possa assegurar que as necessidades essenciais de carinho, proteção e cuidados sejam satisfeitas. É necessário que a criança abrigada seja inserida em uma rede de apoio social que lhe garanta uma estabilidade emocional possibilitando-lhe a oportunidade de construir novos vínculos afetivos a fim de suportar e superar as situações adversas.

É essencial o entendimento de que a privação de laços afetivos durante a infância interfere no desenvolvimento saudável da criança, podendo afetar suas relações com o

outro e com o meio que a cerca (Alexandre e Vieira, 2004, p. 4).

Freud e Burlingham citadas por Martins e Szymanski (2004), em seus estudos acerca do desenvolvimento de crianças que foram abrigadas em instituições durante a 2ª Guerra Mundial, perceberam que o desenvolvimento delas estava atrasado em diversos aspectos. Tal fator devia-se a ocorrência de perdas ou mudanças drásticas em suas famílias (morte do pai, trabalho da mãe). As crianças apresentavam dificuldades em reconhecer pessoas com as quais convivia, bem como demonstraram déficit no desenvolvimento da linguagem por não terem pais cuja linguagem pudessem imitar. Corroborando com este estudo, Bowlby (2006) salienta que, mesmo quando criados em lares insatisfatórios quanto às necessidades básicas, os bebês se desenvolvem melhor e apresentam ajustamento emocional mais adequado do que aqueles criados em instituições. Vários autores destacam que a criança que possui apego inseguro devido à ausência de uma figura significativa em sua vida desenvolve um medo muito intenso de perder a pessoa ou objeto com o qual está se relacionando no momento. Nesse sentido, um comportamento de evitação por parte de uma criança a uma pessoa que lhe ofereça afeto seria considerado adaptativo, pois impediria o sentimento de rejeição ou negligência novamente, trazendo o perigo das crianças apresentarem comportamentos antissociais na adolescência e na idade adulta.

No entanto, Rutter, citada por Guirado (2004), questiona as proposições de Bowlby e afirma que a privação materna não necessariamente levaria a quadros psicopatológicos, desde que fossem oferecidos à criança os cuidados de que necessitam. Desse modo, variáveis ambientais ou institucionais devem ser relativizadas e fatores como idade, gênero, temperamento, natureza da relação anterior com a mãe, experiências prévias e posteriores à separação devem ser considerados ao analisar o comportamento de uma dada criança que sofreu privação materna.

Dentre estas variáveis, é importante destacar a influência da institucionalização sobre as crianças. Os estudos realizados por Tizard e Tizard citados por Guirado (2004), revelam que os efeitos adversos do abrigo não provêm da separação da mãe, mas da qualidade da instituição na qual a criança é deixada. Segundo os autores, aquelas instituições que oferecem baixa proporção entre adulto-criança, condições de saúde, higiene e estimulações físicas e emocionais podem favorecer o desenvolvimento e não o prejudicar.

Apesar de muitas crianças vivenciarem situações de estresse e risco em seu cotidiano, podendo apresentar distúrbios emocionais e problemas de conduta, nem todas apresentam estes comportamentos (Ceconello e Koller, 2000). Pelo contrário, algumas delas conseguem adaptar-se e superar essas situações, demonstrando, entre outras habilidades, competência social, manifestando o que se denominou resiliência, isto é, uma capacidade de se sair bem frente a fatores potencialmente estressores (Kotliarenco; Cáceres & Fontecilla, 1997). Em síntese, uma segura relação de apego reduz os efeitos das adversidades e auxilia na resiliência.

Considerando que o amor materno na infância é essencial para o seu desenvolvimento saudável, acredita-se que crianças institucionalizadas, na falta de um adulto significativo, acabam formando relações de apego com outras crianças. E reconhecendo a importância do apego e a sua influência sobre o desenvolvimento infantil, verifica-se a necessidade de expandir a literatura sobre o tema relacionado às crianças que vivem em situação de abrigo no contexto brasileiro, uma vez que no Brasil existem cerca de 200.000 crianças abandonadas, das quais 195.000 estão em abrigo (Weber, 2001). Constata-se que essas crianças são encaminhadas aos abrigos por serem vítimas de abandono, maus tratos, violência sexual, negligência parental, miséria e por uma adoção mal sucedida.

Com referência ainda sobre o apego na vida da criança institucionalizada, nota-se que existem relações de apego entre crianças que vivem em situação de abrigo, destacando o cuidado entre irmãos e a responsividade das crianças mais velhas para com as mais novas. Após a separação de suas famílias, crianças que vivem em situação de abrigo, tentam encontrar outras figuras de apego em diferentes situações. Nesse sentido seria importante desenvolver estudos nessa área, a fim de observar, ouvir e interpretar a fala das crianças. Essas atividades teriam como objetivo fazer uma análise cuidadosa da realidade vivenciada e poderiam ajudar na elaboração de programas psicológicos e sociais que nos conduzirão a formas de atuação que favoreçam a formação de vínculos positivos e estáveis.

A rotina diária dos abrigos, de modo geral, não permite que cada criança tenha a oportunidade de falar sobre sentimentos que envolvam a ruptura de laços afetivos. No entanto, é relevante criar um espaço para que a criança possa falar de sua história, seus desejos, suas vontades e medos.

Mas apesar das características que fazem parte dos abrigos terem algumas implicações negativas para o desenvolvimento de crianças e jovens como a convivência principalmente entre crianças, e a estruturação não-familiar, Carvvalho (2002) conclui que o processo de desenvolvimento dessas crianças pode não ser totalmente negativo. A qualidade do cuidado oferecido às crianças e jovens, a quantidade de crianças abrigadas, a experiência da equipe, a sensibilidade dos cuidadores, a adequação de suas programações às necessidades das crianças, são variáveis importantes que podem favorecer o seu desenvolvimento. Quando inseridas em instituições, crianças e jovens passam a ter suas relações norteadas por elas. Dessa forma, é importante construir propostas que atendam realmente à infância e a juventude. Essa população necessita ser assistida em suas carências, e, para isso, é preciso oferecer condições materiais,

pedagógicas, psicológicas, culturais, sociais, entre outras, para que vivam como sujeitos de direitos.

Considerando que os estudos descritos por Carvalho (2002) e por Rizzini (1995), em relação às instituições que funcionam como unidades de abrigo oferecem uma estrutura de atendimento deficiente que provoca prejuízos afetivos, cognitivos e sociais e que esse contexto de desenvolvimento modifica a afetividade e as relações sociais, é necessário conhecer em que aspectos os cuidados dispensados às crianças devam ser melhorados. Esse conhecimento poderá contribuir para aperfeiçoar os procedimentos e as políticas de atendimento, delimitadas pelos agentes de instituições como Conselhos Municipais, Estaduais e Conselhos Tutelares, gerando informações seguras para os profissionais que trabalham com a área social.

2. O ABRIGO COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO: QUANDO O SONHO DE UMA VIDA EM FAMÍLIA FRACASSOU

Se te cativo, tornas o meu cuidador, apego-me a ti. Estabelecemos um vínculo de afeto, de amizade, de amor... (Silésia Delphino Tosi).

As desigualdades sociais, bem como a falta de políticas públicas que amparem as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, têm ocasionado, com frequência, o abrigamento de crianças e adolescentes, amplamente utilizado pelos pais, mas criticado e condenado por alguns estudiosos da infância, que consideram esse ato uma violação dos direitos infantis (Oriente; Souza, 2007).

O abrigamento é uma medida provisória que visa proteger e garantir a segurança e sobrevivência de crianças, sempre que seus direitos forem violados. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco fundamental na concepção, elaboração e implantação das políticas de atendimento às crianças e adolescentes brasileiros. O ECA considera a criança e o adolescente como prioridades absolutas, merecedoras de atenção especial, tendo a família, a sociedade e o Estado o dever de lhes garantir esses direitos. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente define a política de atendimento para a infância e juventude, complementa preceitos constitucionais e estabelece a doutrina de proteção integral, consagrada na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (Fachini, 1997). Antes de surgir o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigorava o Código de Menores em que

não havia distinção entre as unidades de abrigo e de internamento para infratores (ECA, art. 103 a 105).

A violação desses direitos pode ocorrer por qualquer uma das formas previstas no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990): pode ser aplicada por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. Ainda segundo o Estatuto, o abrigamento pode ser uma medida aplicada em razão da conduta de crianças e adolescentes.

Quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados (Gomes e Pereira, 2004, p.359).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) prevê os seguintes tipos de regime para proteção a esse segmento da população: orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio educativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação. É uma medida de transição para a colocação de crianças em famílias substitutas, não implicando privação de liberdade (ECA, 1990). Em algumas situações, as unidades de abrigo também acolhem crianças e jovens sob outros tipos de regime impostos, como, por exemplo, jovens que receberam medidas sócioeducativas e devem ter participação em programas comunitários ou ter matrícula e frequência obrigatória em estabelecimentos de ensino fundamental.

No Brasil, tem aumentado significativamente o número de orfanatos ou abrigos para crianças abandonadas e, no entanto, apesar de estarmos numa era de grandes progressos e avanços tecnológicos, não se observam muitas mudanças no tipo de atendimento que estas instituições oferecem. O abrigo é uma instituição que, ainda na

atualidade, reproduz características das instituições fechadas (prisões, conventos e manicômios), oferecendo medidas de amparo à infância que se encontra vulnerável à pobreza, à violência, ao abandono, mas expõe inúmeras crianças a outras situações de riscos, como a ruptura dos vínculos familiares e o isolamento da vida social (Cavalcante; Magalhães e Pontes, 2007).

Nesse contexto, a situação da criança brasileira e do seu atendimento esteve atrelada à trajetória política do país revelando a organização do Estado e da sociedade existente. Durante o século XVIII e parte do século XIX, as ações de proteção à infância abandonada no Brasil eram lideradas pela Igreja, concretizando-se pelo recolhimento de crianças órfãs e abandonadas, filhas naturais de escravas e prostitutas, em asilos de caridade e assistencialista (Leite, 1997). Essas instituições recebiam, anonimamente, crianças rejeitadas por suas mães e as criavam até a idade de três, quatro anos. O principal objetivo era diminuir a mortalidade infantil, garantindo a sobrevivência das crianças ali deixadas.

Para Rizzini e Rizzini (2004), os estudos que entendem o abrigo como uma instituição que reproduz características evidentes em instituições fechadas, como os antigos orfanatos e instituições do gênero, colocam em questão um padrão de cuidado infantil que pode ser bastante danoso ao desenvolvimento humano. Diante disso, esses estudos contribuem no sentido de buscar caminhos possíveis para a humanização das instituições destinadas ao acolhimento de crianças nos primeiros anos de vida que por algum motivo, são retiradas do seio de suas famílias de origem.

2.1 Instituições de abrigo: percurso histórico

Os abrigos são instituições que acolhem crianças que foram afastadas de sua família de origem por ordem judicial, devendo permanecer nelas em caráter excepcional e provisório (Silva e Silva, 2004). Quando as crianças não encontram em suas famílias uma base segura para que possam desenvolver suas potencialidades cognitivas, emocionais ou sociais, são encaminhadas para abrigos, na esperança de que possam receber os cuidados que a família, no momento, não lhes pode oferecer (Silveira, 2002).

Mesmo com tantas mudanças na forma como é abordada a infância até a atualidade, muitas crianças ainda sofrem maus tratos e são abandonadas pelos seus pais, o que, geralmente é resultado da miséria que atinge muitas famílias (Martins e Szmanski, 2004). Por volta do século XX, começa a ganhar espaço o debate acerca dos efeitos da institucionalização precoce e prolongada de crianças, enfatizando o período da infância em que podem manifestar de forma intensa e quase irreversível sequelas psicológicas advindas dessa modalidade de cuidado infantil.

Até meados do século XVII, a infância não tinha espaço dentro da família, a criança era representante, para a família desta época, de muito sacrifício, sendo abandonadas à própria sorte. (Martins e Szmanski, 2004). De acordo com Badinter (1985), o abandono até o século XVII, não era apoiado apenas nos problemas de cunho econômico, mas também no desinteresse dos pais em criar os filhos. O alto índice de mortalidade infantil verificada ao longo de toda a Idade Média inspirava uma mentalidade de desapego às crianças, as quais eram consideradas como pouco mais que animais.

A estrutura emocional do lar aristocrático só foi analisada por um punhado de historiadores. As crianças estavam

nas mãos de fâmulos e criados desde o momento em que chegavam ao mundo. Pais e mães raramente se preocupavam com os filhos, especialmente durante os primeiros anos formativos. Os cuidados com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática. As crianças eram consideradas pequenos animais, não objetos de amor e afeição (Poster, 1979 em Martins e Szymanski, 2004, p. 178).

Entretanto, foi na Idade Média, sob a influência da Igreja, que as crianças abandonadas começaram a ser assistidas em alguns hospitais da Europa. No século XIII, foi instalada na Itália, a primeira Roda dos Expostos, sistema que se difundiu amplamente a partir dos séculos XIV e XV e generalizou-se na Europa após o século XVII.

Destinada a amparar os recém-nascidos abandonados e a garantir o anonimato do expositor, a Roda dos Expostos também foi instituída no Brasil. Sua origem remonta ao período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia. A Roda foi uma das instituições brasileiras mais duradouras, tendo sobrevivido aos três grandes regimes: instituída no período colonial, disseminou-se no Brasil Império, mantendo-se durante a República, somente sendo extinta, em definitivo, na década de 1950. (Mesgravis, 1976 em Martins e Szmanski, 2004).

Esse sistema surge na Europa medieval e funcionava por meio de um cilindro de madeira, chamado roda dos expostos, onde eram colocadas as crianças rejeitadas e que, posteriormente, eram recolhidas por alguma instituição de caridade. Dessa forma, ao invés de abandonar a criança indesejada pelos caminhos, bosques, lixo, nas portas de igrejas ou casas de famílias, onde poderiam morrer de frio ou mesmo de fome, colocavam-na anonimamente na roda, onde seriam protegidos (Marcílio, 1997).

O final do século XIX traz mudanças significativas em prol da criança, com o surgimento de novas políticas assistencialistas envolvendo preocupações médicas e jurídicas que uniam esforços para extinguir as rodas no país. Essas mudanças também trazem à tona a preocupação de se criar leis para proteger a criança abandonada e para

rever a questão social que começava a incomodar a sociedade: a da adolescência infratora (Marcílio, 1997). O aumento de crianças que viviam nas ruas ou abandonadas em praças, bem como as altas taxas de mortalidade infantil influenciou no surgimento de instituições filantrópicas de assistência à infância desamparada.

(...) a concepção da infância adquire uma dimensão social, deixando de ser objeto de interesse, preocupação e ação predominantemente do âmbito privado da família e da Igreja, para tornar-se uma questão de cunho político-social, de competência administrativa do Estado (Carvalho, 2002 p. 20).

Neste mesmo período a assistência caritativa liderada pela Igreja, desloca-se para o domínio do Estado que se aliou às instituições particulares e adquiriu o status de filantropia (Rizzini, 1995). A assistência prestada pelo Estado, por meio das políticas públicas visava às famílias pobres que eram tidas como focos da doença e da desordem moral e social.

Mas, mesmo com tantas mudanças ocorridas ao longo do tempo, na forma como era tratada a infância, muitas crianças ainda são negligenciadas nas mais diversas formas por seus pais que também foram abandonados pelas políticas públicas e até mesmo pela sociedade. Diante desse contexto, o abrigo acaba se tornando muitas vezes o local onde as crianças crescem e passam boa parte de suas vidas, já que estas são frutos de famílias abandonadas que veem na institucionalização o único recurso possível para dar uma condição de sobrevivência aos filhos.

2.2 O abrigo como rede de apoio social e afetiva

Tendo em vista todo esse contexto social marcado por violência, abandono e exclusão, surge o abrigo como medida de amparo e proteção oferecendo acolhimento provisório, em moradia coletiva, a crianças e adolescentes que não podem contar com familiares que se responsabilizem por eles. O caráter provisório dos abrigos deve ser ressaltado, pois pretende evitar que os mesmos sejam adotados como estratégia de exclusão desses jovens de sua realidade. E para que o abrigo mantenha seu caráter de provisoriedade, o trabalho com as crianças precisaria caminhar em paralelo com uma estrutura de atendimento complexo (social, econômico e psicológico) destinado às famílias. Só assim as crianças poderiam ser, de fato, reinseridas na própria família, sem se repetir o habitual ciclo de abrigamento-desabrigamento-abrigamento.

Mas mesmo tendo caráter provisório o abrigo deve dar conta de atender às necessidades da criança pelo período em que ela lá se encontrar. E dar conta dessas necessidades vai muito além de cuidados básicos com alimentação, higiene, educação e saúde. Essas crianças têm as mesmas necessidades que quaisquer outras crianças, provenientes dos mais variados meios socioculturais. Precisam se desenvolver como seres humanos, seres de direito, com seus sonhos, suas individualidades, suas subjetividades, necessitam ter vínculos afetivos importantes e poder contar com uma inserção social no futuro.

Spitz (1998) foi um pesquisador pioneiro nos estudos acerca da formação do apego, sugerindo que o período crítico para a formação de um vínculo afetivo está situado na segunda metade do primeiro ano de vida, por ser uma fase em que as ligações primárias se consolidam e a criança começa a distinguir figuras de preferência entre os cuidadores. Logo, para ele, quando a experiência da privação dos cuidados maternos

ocorre nesse período sensível, a longa convivência em ambiente institucional pode ser traumática para a criança.

Posteriormente, os estudos de Bowlby (2006), apontam que o processo de vinculação e o desenvolvimento do apego são experiências decisivas nos primeiros nove meses de vida, ainda que a disposição interna da criança para se ligar a quem lhe dispensa a maior parte dos cuidados maternos possam se manter em atividade pelo menos até o final do terceiro ano. Nesse sentido, quando a criança é privada de tão importante experiência afetiva, a sua capacidade de vincular-se e se apegar a alguém pode ficar, em parte, comprometida.

A vinculação afetiva entre a criança e o adulto (figura de apego) é importante para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, é essencial fortalecer e ampliar a rede de apoio social de crianças que foram separadas de suas mães biológicas e que vivem em abrigos (Alexandre e Vieira, 2004, p.208).

Os vínculos afetivos desenvolvidos nos primeiros anos de vida serão fundamentais para a formação da personalidade da criança. A formação desses vínculos ocorre quando a criança internaliza suas experiências com figuras significativas, gerando modelos internos de funcionamento e de relacionamento (Bowlby, 2002). A relação inicial da criança com seus cuidadores, em especial com a mãe, é o alicerce sobre o qual estão baseados todos os seus futuros relacionamentos objetivos e é de importância vital para a sua saúde psicoafetiva.

Muitos pesquisadores, atualmente, consideram que experiências de separação ou perda de figuras de referência da criança em razão da institucionalização, podem estar relacionadas a danos quase irreparáveis no desenvolvimento da linguagem, na capacidade de ligar-se e apegar-se. Sendo o período que vai da concepção até os três anos, propício à aquisição de competências cognitivas e habilidades sociais. Em razão disso, o afastamento da família e a permanência da criança em instituição que ofereça

pouco estímulo físico e social à formação da mente, podem limitar o desenvolvimento nessa fase da vida (Cavalcante; Magalhães e Pontes, 2007).

Para que a criança desenvolva-se saudavelmente faz-se necessário um ambiente que propicie segurança, com o convívio com um adulto responsável que desenvolva a função de cuidador, e que a criança o perceba como uma base segura na qual ela possa explorar o meio e experimentar outras relações. Desta forma, as figuras de apego desempenharão um papel central e unificador dos vários aspectos e experiências vividas, tornando-se agentes principais do desenvolvimento psíquico da criança.

De acordo com Bowlby (2002), os padrões de relacionamentos com a mãe ou cuidador desenvolvidos em nossa história (por intermédio de nossos relacionamentos) são integrados em nossa estrutura psíquica na forma de modelos internos e gerais de funcionamento que determinarão as características de nosso “eu” frente às situações de vida. A personalidade adulta será produto das interações entre a mãe e a criança, sendo a capacidade de estabelecer vínculos com outros indivíduos um traço principal do efetivo funcionamento da personalidade e de uma boa estruturação na vida adulta.

O apego é a base para a identificação e a determinação das relações duradouras e mútuas que são o sustentáculo para a formação de uma rede de apoio social. Esta estrutura interligada origina-se das relações de apego iniciais da criança e da disponibilidade dos pais em atender às suas necessidades. Essa rede começa a se formar quando a criança expande-se socialmente, relacionando-se com outros membros não familiares, como aqueles com quem convive nas escolas, por exemplo. Além disso, a rede de apoio é dinâmica e construída ao longo da vida de um indivíduo, podendo proteger a pessoa de efeitos negativos, causados por adversidades. Ela corresponde também à oportunidade de aprofundamento dos relacionamentos, permitindo que a

criança desenvolva melhores condições para seu desenvolvimento tornando-se, assim, uma criança resiliente, ou seja, capaz de enfrentar as situações adversas, ajustando-se a elas com mais facilidade (Alexandre e Vieira, 2004).

Quando a criança é abandonada ou enviada para um abrigo é privada de ter uma família onde, supõe-se, exista intimidade e cumplicidade. A privação de vínculos afetivos durante a infância interfere no desenvolvimento saudável da criança, o que pode acarretar danos nas suas relações com o outro e com o meio ambiente. A qualidade do cuidado condiciona, também, o crescimento do eu e a autoimagem emocional básica da criança.

Algumas famílias não conseguem proporcionar condições ideais para que os filhos tenham um desenvolvimento saudável. Neste caso, são passíveis de punição, conforme a lei nº 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual defende que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990, p.10).

A família é constituída por vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas e afetivas. É uma unidade básica de desenvolvimento de experiências, de realização ou de fracasso (Ferrari e Vecina, 2002).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os abrigos devem seguir os seguintes princípios: a) preservação dos vínculos familiares; b) integração à família substituta, quando impossibilitada a manutenção da família de origem; c) atendimento individual ou em pequenos grupos; d) promoção da participação na vida da comunidade em que os indivíduos se encontram; e) preparação gradual para o desligamento.

As instituições que abrigam crianças afastadas de suas famílias caracterizam-se, entre outros aspectos, por possuir uma estruturação não familiar, com intensa

convivência entre crianças e ausência de espaço individualizado (Carvalho, 2002). A formação de vínculos afetivos e o seu estabelecimento ficam comprometidos no contexto da instituição decorrente, sobretudo, da ausência de uma estabilidade dos cuidadores. O esquema de trabalho em rodízio, associado à ausência e à rotatividade de funcionários e ao indicador adulto-criança elevado são elementos que dificultam a formação de vínculos estáveis e sadios entre os adultos e as crianças.

Uma das consequências desse tipo de estruturação do ambiente é a fragilidade das redes de apoio social e afetivo dessas crianças, consideradas dimensões importantes do desenvolvimento humano (Carvalho, 2002). Na medida em que o ambiente, sobretudo as relações com os adultos, é muito instável, o desenvolvimento emocional e da autonomia e a construção da identidade ficam comprometidos, colocando a criança em situação de risco e vulnerabilidade.

Para Siqueira e Dell'Aglio (2006), a primeira relação de apoio social evolui das relações de apego iniciais da criança e da capacidade e disposição dos pais em suprir suas necessidades, constituindo a primeira base de esperança e segurança em outras pessoas. Para as crianças que não vivem com suas famílias, o mundo social expande-se ainda mais no momento em que estas deixam o núcleo familiar, incluindo membros não pertencentes à família, tais como cuidadores e demais crianças com os quais convivem na instituição. A relação estabelecida com os cuidadores desempenha papel central na vida das crianças abrigadas, à medida que serão estes adultos que assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, neste momento, os seus modelos identificatórios. Estudos apontam para a importância de cursos de formação, oficinas de reciclagem, ou mesmo um espaço de trocas destinado a estes profissionais, visto que a satisfação profissional está diretamente relacionada à qualidade de seu trabalho na instituição.

Silveira (2002) diz que no processo de institucionalização a criança acaba perdendo a sua individualidade, pois a tendência do coletivo institucional é suprimir a identidade individual. Os esforços para não perder pedaços da sua história e subjetividade acabam cedendo às exigências que o convívio em coletividade delimita. A autora diz ainda que muitas vezes têm-se a impressão de que a instituição inclui estes sujeitos de forma perversa, pois ao mesmo tempo em que ampara e protege, não respeita o eu digno de cada criança institucionalizada.

O sistema institucional impõe uma rotina que não permite que a privacidade da criança seja respeitada, não ofertando a esta um espaço individualizado onde possa falar de sua história tão cheia de sofrimento. Dentro do abrigo há poucas oportunidades para as crianças descobrirem e exercerem suas potencialidades. Seus vínculos afetivos e sociais ficam restritos devido às poucas oportunidades de exercê-los através da sociabilização e interação com um ambiente fora da instituição. As crianças que vivem em abrigos lidam com situações de desproteção, abandono, perdas, rejeição e tais fatos mobilizam sentimentos de insegurança e ansiedade. De acordo com Bowlby (2006), são situações que dificultam o desenvolvimento emocional, prejudicando a capacidade de vincular-se novamente, surgindo o medo de sofrer novas perdas.

Muitos autores que estudaram o desenvolvimento infantil como Spitz (1998), Bowlby (2006) e Winnicott (2006), ressaltaram a importância das relações vinculares formada na primeira infância para o desenvolvimento saudável da criança e posteriormente do adulto. Estes autores estabeleceram em seus estudos relações comparativas entre diferentes aspectos do desenvolvimento de crianças que em seus primeiros meses ou anos de vida foram cuidadas em instituições e depois em lares adotivos. Em todas elas, os escores relativos às crianças com histórico de institucionalização precoce e prolongada indicam evidente desvantagem em termos de

desenvolvimento em relação àquelas que foram mantidas em casa e no convívio com familiares.

Infelizmente o funcionamento dessas instituições acaba por reproduzir a mesma lógica que pretendem combater, criando as mesmas dificuldades, sofrimentos e abandonos vividos por essas crianças, reeditando a mesma relação que a família e a sociedade estabelecem com esses sujeitos ao abandoná-los e isolá-los. E para que esta situação seja revertida, é necessário que a instituição de abrigo proporcione a criança que lá se encontra, a satisfação de suas necessidades básicas, oferecendo-lhe segurança e confiança no contato afetivo com seus cuidadores. Dessa forma a instituição estaria cumprindo como o seu papel que é de proporcionar a criança abrigada, as condições necessárias ao seu desenvolvimento saudável.

Sendo assim, neste contexto, é importante assumir novos posicionamentos sobre o apego em crianças institucionalizadas, uma vez que foram separadas de suas famílias biológicas e passam a viver intensamente umas com as outras, dividindo os mesmos espaços e histórias de vida semelhantes.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

- Compreender a partir do desenho da família com história, como a criança institucionalizada percebe a família.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Investigar os vínculos afetivos estabelecidos por essas crianças em relação aos cuidadores e a outras crianças;
- Analisar através dos desenhos e histórias, as possíveis metáforas oriundas da separação precoce do grupo familiar de origem; e
- Investigar os vínculos familiares representados nos desenhos e nas histórias.

3. MÉTODO

A dissertação teve por objetivo compreender, a partir do desenho da família com estória (DF-E), como a criança institucionalizada percebe a instituição família. A partir desse eixo, foram investigados os vínculos afetivos estabelecidos por essas crianças em relação aos cuidadores e a outras crianças; analisaram-se os efeitos da separação da família de origem e da internação na representação da família desenhada, como também, investigaram-se os vínculos familiares representados nos desenhos.

Para responder a esses objetivos, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Segundo Minayo (1999), na pesquisa qualitativa a atenção do pesquisador volta-se para a captura do ponto de vista dos atores sociais, privilegiando os aspectos da consciência, a subjetividade entre o sujeito e o pesquisador e os significados atribuídos pelos atores num determinado contexto. Além disso, a pesquisa qualitativa busca compreender um fenômeno em profundidade, havendo interação entre participante e pesquisador.

Outro dado importante, é que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, sendo preocupação deste o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida (Turato, 2003).

3.1 Cenário da Pesquisa

A instituição de abrigo onde foi realizada a nossa pesquisa é situada na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Foi fundada em 1938, tendo como finalidade acolher crianças de 0 a 7anos. As crianças chegam ao abrigo por ordem judicial e/ou através do Conselho Tutelar. Na sua maioria são crianças vítimas de abandono, de

negligência parental e de maus tratos por parte de suas famílias de origem. Algumas são portadoras de necessidades especiais.

Estas crianças permanecem na instituição até que se vislumbre a possibilidade de serem reinseridas em seus lares, caso não haja essa possibilidade entram para o Programa de Adoção, na tentativa de serem inseridas em uma família substituta.

Até a finalização da nossa pesquisa (2009), o abrigo atendia 43 crianças divididas nos quatro setores da instituição: berçário (0-2 anos), pré I (2 – 4 anos), pré-II (acima de 4 anos) e portadores de necessidades especiais.

A equipe técnica do abrigo é composta por cerca de 94 funcionários nas funções de diretoria, portaria, motorista, funcionários da limpeza, secretários, enfermeiros, psicólogos, odontólogos, assistentes sociais, cuidadores e cozinheiros. A instituição é dividida em dois setores: térreo e primeiro andar. No térreo encontra-se a diretoria, a sala da assistente social e da psicóloga, a enfermaria, a ala dos portadores de necessidades especiais, uma capela, o refeitório, o pátio, banheiros, o parquinho, uma sala para atendimento odontológico, a secretaria, a copa, lavanderia, o almoxarifado e a guarita. No primeiro andar, encontra-se o berçário e os quartos das crianças do pré I e do pré II, havendo divisão de quartos por gênero: o dos meninos e o das meninas.

3.2 Participantes

Participaram da pesquisa 10 crianças abrigadas, de ambos os sexos, com idades entre 5 e 7 anos que residiam na instituição especificada acima. Foi utilizado como critério de inclusão que as crianças estivessem a mais de um ano na instituição.

Optamos por essa faixa etária, por considerarmos que nessa etapa da vida as crianças já têm a capacidade de comunicar suas vivências utilizando as palavras de forma consciente e estruturada (Vigotsky,1996).

3.3 Coleta de Dados

Instrumento:

O instrumento utilizado foi o Teste do Desenho da Família com Estória (DF-E). Esse teste tem como objetivo identificar o dinamismo consciente e inconsciente relacionado à situação familiar e ao próprio sujeito, sobretudo perceber conflitos decorrentes das situações familiares (Trinca, 1997). O DF-E tal como foi desenvolvido por esse autor, tem início com um desenho de uma família qualquer, seguido de um desenho sobre uma família que gostaria de ter, depois de um desenho sobre uma família em que alguém está doente e, por fim, um desenho sobre a própria família. No entanto, para responder aos objetivos dessa pesquisa foram utilizados somente dois desenhos acompanhados de uma história para cada desenho, ou seja, foi solicitado o desenho de uma família qualquer e o de uma família que gostaria de ter, seguido de uma história sobre os desenhos realizados.

3.4 Procedimento para a coleta das informações

Inicialmente a pesquisadora manteve contato com as crianças através de visitas regulares, com o objetivo de familiarizar-se com elas. Foi realizado também um levantamento de informações contidas nos prontuários da instituição a fim de averiguar os motivos do abrigo destas crianças, bem como entrevistas informais com a equipe de profissionais do abrigo. Em um outro momento, foi realizado contato individual com cada criança, com o objetivo da coleta de informações: a partir de uma brincadeira, onde a criança desenharia o que tivesse vontade e inventaria uma historinha – *que serviu de rapport* – foi solicitada à criança que desenhasse uma família qualquer, e contasse uma história sobre a família desenhada; em seguida, solicitou-se que

desenhasse uma família que gostaria de ter e, após o desenho, que contasse uma história sobre esta família.

3.5 Procedimentos éticos para a inclusão dos participantes

Após a aprovação do Comitê de Ética para a realização da pesquisa CEP nº 054/2008, a pesquisadora solicitou ao diretor da instituição a autorização para a realização da pesquisa. Nesse momento, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi devidamente assinado, após o consentimento do Diretor.

Como critério ético, houve o compromisso de a pesquisa não oferecer riscos físicos ou emocionais às crianças envolvidas. Todos os cuidados éticos foram tomados no sentido de manter o sigilo quanto à instituição e as crianças nela abrigadas.

3.6 Procedimento para análise das informações colhidas

A análise dos desenhos e a interpretação das histórias foram realizadas a partir dos objetivos da pesquisa e seguindo os critérios estabelecidos por Trinca (1997). A articulação das informações colhidas através da interpretação da técnica aplicada com os conceitos teóricos utilizados, bem como dos dados coletados através das observações e dos contatos informais com funcionários da instituição, permitiu uma elaboração compreensiva da representação de família, dos valores e sentimentos predominantes nas relações pais/filhos/irmãos, da presença de violência nas relações familiares e dos vínculos afetivos da criança em situação de abrigo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO: RESGATANDO HISTÓRIAS

Para análise e discussão das histórias relatadas pelas crianças, foram utilizados nomes fictícios a fim de preservar suas identidades. Na análise foram utilizadas informações das observações realizadas, dos contatos com os funcionários e com as crianças através da observação do dia-a-dia delas na instituição, de seus desenhos e do relato das histórias.

As histórias retratadas por estas crianças são pequenos fragmentos de vida e analisá-las, trouxe o desafio de abstrair os sentidos e significados das experiências relatadas. As histórias narradas são um cenário que cada criança buscou construir e a análise destes fragmentos traduz uma leitura das narrativas dos desenhos, onde procurou-se resgatar “pedaços de vida” que foram espalhados sobre o papel através dos desenhos.

As histórias narradas falam de afetividade, de tristeza, de angústia, de medo, de vínculos construídos e destruídos e de práticas de vida que revelam outras possibilidades de existir e possibilitam construir novos significados para suas vidas.

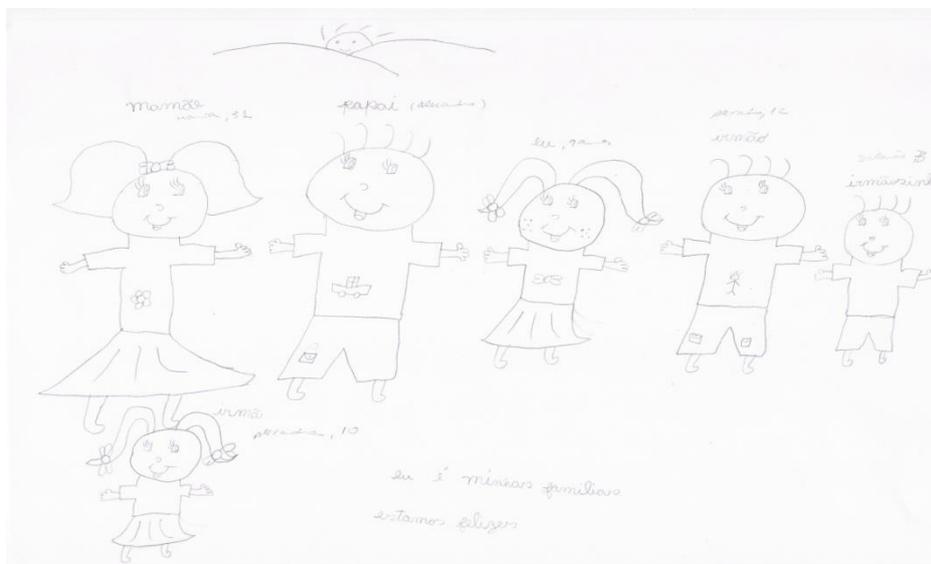
4.1 A HISTÓRIA DE CADA UM

4.1.1 Bianca

Bianca é uma criança de 7 anos de idade, que está no abrigo desde 2007. Morava com a mãe e mais três irmãos, mas quem cuidava dela era uma vizinha. Chegou ao abrigo pelo Conselho Tutelar, que recebeu uma denúncia anônima e quando foram averiguar,

constataram que esta e o irmão menor eram negligenciados pela mãe. O pai de Bianca é falecido, e seu irmãozinho é filho de outro pai. Este irmão menor, já havia sido abrigado uma primeira vez. A mãe de Bianca é usuária de drogas e possui mais dois filhos, que moram com parentes. Bianca é uma menina muito cativante e muito bonita, fato este que leva as pessoas a se aproximarem mais dela. Muitos casais que têm interesse em adotar, sempre perguntam por ela. Tais ações são geradoras de conflito entre as crianças, pois estas ficam enciumadas por Bianca ganhar muitos presentes de pessoas que a visitam e também porque muitos funcionários a levam para casa nos fins de semana, fato que nem sempre acontece com as outras crianças. Em conversa com a psicóloga e a assistente social tomou-se conhecimento de que Bianca está entrando em processo de adoção, já que a mãe não tem condições de cuidar dos filhos. Foi relatado, também, que quando Bianca chegou ao abrigo, não foi permitido que a mãe a visitasse, porque quando a visitava, estava sempre drogada, o que entristecia muito Bianca, então acharam melhor que as visitas fossem suspensas, a fim de preservar a integridade emocional da criança. Bianca possui um desejo muito grande de voltar a morar com a mãe. Mesmo diante das adversidades sofridas, percebeu-se claramente que o vínculo entre as duas, ainda é muito forte. Ela se relaciona muito bem com as outras crianças, mas gosta de ficar perto das cuidadoras, mexendo nos seus cabelos e conversando. Apesar da pouca idade, Bianca conversa como adulta e presta muita atenção a tudo que se passa. Segundo a pedagoga, ela é uma criança muito esforçada, sendo a única das colegas de abrigo (meninas), da sua sala, que foi aprovada no ano letivo.

Unidade de Produção 1: Desenhe uma família qualquer



Observações da criança durante a execução do desenho: “Tia como vou fazer para desenhar o meu pai se ele já morreu? Um olho está pequeno e o outro está grande. Eu tenho outra irmã, mas não dá pra desenhar aqui em cima não! Vou desenhar um sol.”

Verbalização: “Estamos felizes. Porque não nos aconteceu nada . Porque não fizemos nada de errado. Nós não brigamos!. Nós não temos nada de errado.(O que vão fazer?) Todos vão voltar para casa.(Onde estavam?)Estavam num jardim brincando. (De quê?) Brincando de pega-pega. (Vão fazer o que quando forem para casa?) Vão assistir (TV) e almoçar, depois quando passar um tempinho, todos vão jantar e dormir.”

Título: “Eu e minha família”

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Observações da criança durante a execução do desenho: “Gostaria de ter todas as minhas famílias, mas eu quero desenhar outra. Eu fico guardando as outras famílias no meu coração e o resto eu desenho.”

(Desenha primeiro uma coleguinha do abrigo). Ela está triste (“Sarinha”) porque outra colega briga com ela. (Percebo resistência para desenhar essa segunda unidade de produção). (Fala muito durante a realização do desenho). Queria que fosse “Maria” (pedagoga), “Paula” (cuidadora) e minha mãe (no desenho). (Conversa bastante e até canta). Estou até inventando música. Tia você gosta de conversar? A minha melhor amiga é Sara. Não gosto de Jane, ela é ruim. Tudo o que as tias me dão ela toma e nem pede licença e não devolve. Vou fazer Maria me levando para casa! É brincadeira! Vou não tia! Não precisa! Eu tenho caneta tia. Maria me deu duas. (Apresenta dificuldade para desenhar) (quer desenhar as cuidadoras). Não quero desenhar muitas mulheres tia. Já fui para a casa da Maria e também do diretor, foi muito bom. Sabia que se a senhora quiser levar alguém para passear na sua casa é só pedir a assistente social e ela pede autorização ao juiz? (Diz que no desenho colocou a amiga Sara e Maria - pedagoga) e

Carmem e Sandra (cuidadoras), (diz que é duas em uma, pois está com preguiça de desenhar outra mulher).

Verbalização: “Gostaria que Maria fosse minha mãe, porque ela é uma pessoa muito legal para mim. Sara é minha melhor amiga queria que ela fosse minha irmã. Carmem (cuidadora), queria que ela fosse minha tia de verdade, não de mentirinha. Porque ela é muito boa para mim. Sandra (cuidadora) também poderia ser minha tia, eu gosto dela, ela é legal.”

Título: “Irmã, mãe e tia”

Interpretação: Em sua comunicação oral, Bianca apresenta, no primeiro desenho, o desejo de ver uma família toda reunida, e um detalhe importante, é que ao desenhar representa o seu pai, mesclando representação (o que desenha) e realidade (ele está morto). Ao desenhar, não deixa de utilizar a sua crítica (o olho está pequeno). O que essa crítica pode nos revelar? Será que Bianca quer nos dizer que com olhos pequenos o pai não pode ver o que passa com ela? E o olho grande? Retrata um pai ambivalente, que além de morto, ou enxerga de mais ou enxerga de menos? No seu desenho, a mãe e o pai ocupam um lugar privilegiado – são os primeiros a serem desenhados. Também, ao desenhar, reúne todos os seus irmãos. No relato da história, diz que todos estavam felizes e que não haviam feito nada de errado, provavelmente referindo-se ao fato de ter sido retirada de seu ambiente familiar, já que este não foi suficientemente bom, sendo a criança negligenciada e tendo os seus direitos violados. Sua idealização de família mostra que Bianca possivelmente tenha a esperança de ser incluída em um seio familiar, de ser cuidada, protegida e amada e muito embora nesta primeira unidade de produção tenha desenhado a sua família de origem, não necessariamente implica dizer o desejo de

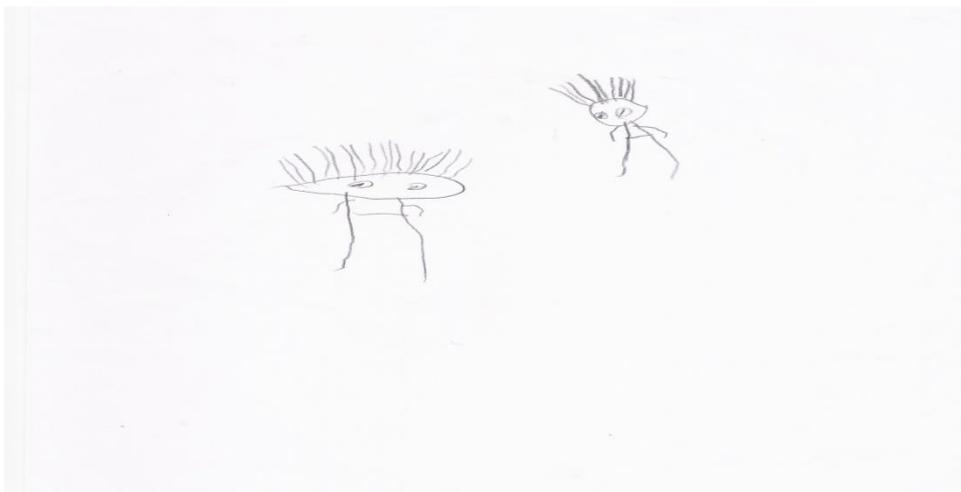
ser reinserida nesta, mas também há o desejo de ter uma família que lhe propicie um ambiente continente. Bianca comunica ainda, que todos estavam brincando no jardim, de pega-pega. Talvez a brincadeira lembre a maneira como chegou ao abrigo, alguém a “pegou” (Conselho Tutelar). Com esse relato a criança, possivelmente, comunica duas situações: uma situação feliz onde todos estão juntos, brincando e uma dramática, a forma como foi retirada (“pega”) da casa de uma vizinha. Já ao final da sua comunicação, Bianca diz que todos voltam para casa para assistir tv, almoçar, depois jantar e dormir. Representa o desejo de ter uma rotina normal, igual a de uma criança que conviva com seus pais. Nesta família idealizada pela criança, ela representa um grupo de pessoas que têm uma convivência especial, onde há respeito pelas hierarquias, uma rotina organizada, diferente da rotina encontrada nos abrigos onde há rotatividade de funcionários o que, segundo Carvalho (2002), dificulta a formação de vínculos estáveis entre adultos e crianças. Enfim, Bianca representa uma vida familiar harmoniosa onde todos os membros ajudam-se mutuamente e comunicam-se de maneira clara.

Na segunda unidade de produção, Bianca não sabe o que desenhar, apresentando bastante resistência. Se dispersa durante a realização do desenho. Talvez essa resistência seja um mecanismo de defesa para reduzir a angústia, negando a realidade atual, que talvez seja traumatizante. Segundo Corman (2003), as defesas que o Ego usa nas situações patológicas derivam do mecanismo de repressão, da negação de uma realidade que causa muito sofrimento e difícil de ser suportada. Visto pelo ângulo das defesas psíquicas, a criança, no segundo desenho consegue se desvincular da realidade e projeta o conflito de ser ou não ser adotada por uma família. Terá ou não possibilidade de construir uma nova família? Diz que gostaria de desenhar “todas as famílias” (a família de origem e algumas pessoas do abrigo). Resolve por fim, “guardar

a família de origem no coração” (Sic) e representa, no seu desenho, pessoas com as quais convive no abrigo. Bianca desenhou uma amiguinha do abrigo, que considera como uma irmã, a pedagoga com a qual tem muita afinidade e até expressou o desejo de ir morar com ela e desenhou também uma cuidadora, da qual gosta muito. Mesmo deixando sempre claro que gostaria de voltar a morar com a mãe, embora Bianca saiba que isto já não é mais possível, pois sua mãe não tem condições de dar a ela e ao irmão um ambiente favorável que propicie o desenvolvimento saudável. Exclui do desenho também os seus irmãos, embora no abrigo more o seu irmão caçula. Dessa forma, acabou projetando a família que para ela seria a ideal e que proporcionaria um ambiente facilitador de desenvolvimento.

4.1.2 Fernanda

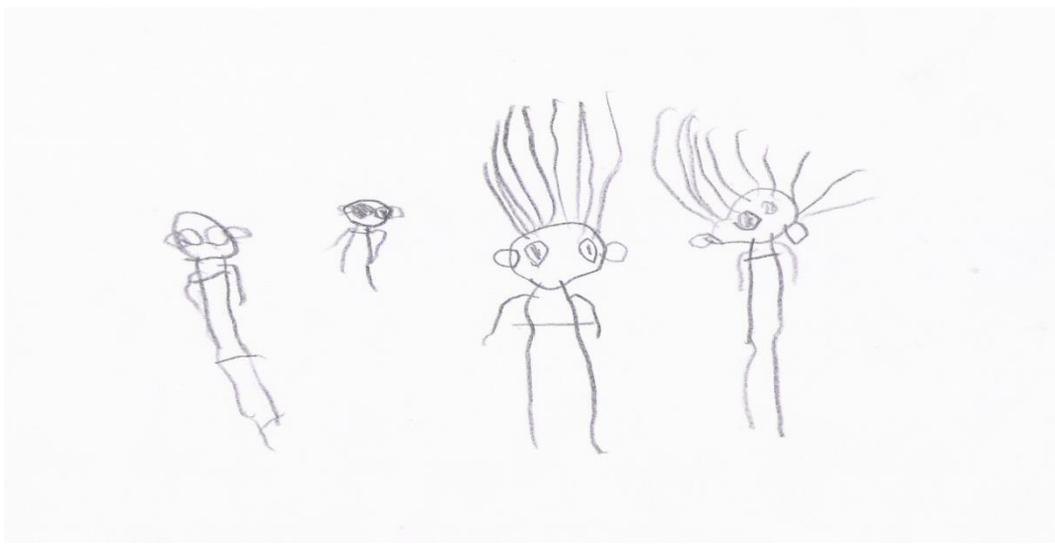
Trata-se de uma criança de 5 anos, que se encontra abrigada desde 2008. Segundo informações coletadas, a mesma foi encaminhada ao abrigo devido às dificuldades financeiras pelas quais a mãe passava, pois é desempregada e não está inserida em nenhum programa social. De acordo com a assistente social, por diversas vezes, Fernanda e seus irmãos foram encontrados na rua praticando mendicância, sendo entregues em sua residência pelo Conselho Tutelar (CT). A mãe alegou ao CT, que, para compor a renda familiar, os filhos pedem no sinal, fazendo malabares. Em uma das vezes que a mãe da criança saiu com os filhos para praticar mendicância, perdeu Fernanda de vista, sendo esta encontrada pelo Conselho Tutelar andando pelos bares das praias desta cidade e como medida de proteção a menor foi encaminhada para o abrigo, permanecendo até o presente.

Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer

Verbalização: “Sou eu e Renata. Nós estamos brincando de casinha, ela é a mãe e eu sou a filha. (Como é a brincadeira?) A mãe faz o mingau para a filhinha, aí brincamos de fazer a comidinha e ela dá para a filha. (O que fazem mais?). Somente isso, aí acaba a brincadeira.”

Título: “Brincadeira de mãe e filha”

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter



Verbalização: “Sou eu, Renata, Bruna e Carlos (irmão caçula de Bruna e Renata). Estamos brincando de casinha e só tia, eu não sei mais contar história”.

Título: “A família”

Observações durante a aplicação: Durante a aplicação do instrumento, percebe-se uma certa dificuldade de Fernanda para desenhar, diz que não sabe. É perguntado o que ela acha o que é família, ao que ela responde que “é um amigo que a gente gosta”(Sic), iniciando o desenho em seguida.

Interpretação: No primeiro desenho, representou a si mesma e uma amiguinha do abrigo, onde essa colega representa, em sua idealização de família, a figura materna que nutre, protege e é continente. Observa-se no desenho de Fernanda traços caracterizados como depressivos quando desenha pessoas soltas no ar, com tamanho pequeno e pouco investidas. Todas essas características são observadas, segundo Cunha (2000), em

peessoas que sofreram perdas significativas. Diante da separação de sua família de origem, Fernanda idealiza um outro tipo de família, talvez aquela que ela possa escolher, quando diz que família “é um amigo do qual se gosta muito” A criança também referencia uma brincadeira muito presente no abrigo que é a de mamãe-bebê ou mesmo de família, sendo uma forma encontrada pelas crianças que vivem em abrigos de suprir suas necessidades de apego. Na segunda unidade de produção, Fernanda desenha uma família também idealizada, onde Renata e seus irmãos, que também vivem no abrigo, fazem parte. Assim como na primeira unidade, Fernanda desenha figuras frágeis, soltas no ar, pouco investidas, com traçado débil. E acerca do traçado débil, observou-se que é uma característica bastante presente no desenho das crianças que foram pesquisadas, o que segundo Cunha (2000), esse tipo de traço é característico de pessoas que tiveram perdas significativas. Fernanda mais uma vez representa pessoas do abrigo e novamente no relato da história, ela referencia a brincadeira da família ou “casinha” como ela chama. Onde as crianças assumem os papéis dos representantes da família e acabam confortando umas as outras.

4.1.3 Renata

Renata é uma criança de 6 anos, que está no abrigo desde 2007. Foi encaminhada ao abrigo, juntamente com uma irmã mais velha chamada Bruna e um irmão pequeno, pelo Conselho Tutelar (CT) que recebeu uma denúncia da Pastoral do menor. Em um primeiro momento, O Conselho Tutelar solicitou que a genitora comparecesse na sede do CT a fim de prestar esclarecimentos a respeito das denúncias recebidas. A mãe relatou que o pai era catador de material reciclável e que foi assassinado, depois deste

acontecimento e com a ausência de uma renda fixa, ficou difícil sustentar os filhos, já que não possuía benefício social. O Conselho Tutelar ficou acompanhando a família da criança, mas um tempo depois a mãe mudou-se com os filhos para outro bairro. Novamente o Conselho Tutelar recebeu denúncia da Pastoral do Menor que informou sobre as condições de abandono e precariedade que as crianças estavam vivendo. Renata e mais dois irmãos estavam morando com a avó, que estava, na época, prestes a ser despejada de sua casa. O CT ao averiguar a veracidade da denúncia, encaminhou as crianças ao abrigo onde elas se encontram até os dias atuais. A mãe das crianças encontrava-se presa por furto e porte de maconha, sendo usuária de drogas. Segundo relato da avó, as três crianças foram encontradas sozinhas em casa, por ela, que as levou para morar em sua casa, mas que devido a falta de condições financeiras, estão passando privações.

Através de algumas observações, pode-se perceber que Renata é uma criança agressiva, na forma de brincar e de conversar com outras crianças. Começa uma brincadeira, mas sempre sai briga, pois ela quer impor e decidir o que brincar e nem sempre as outras crianças concordam e por vezes a excluem da brincadeira. As cuidadoras relatam que a criança é muito arredia e implica com outras crianças e briga muito com a irmã que é mais velha que ela.

Unidade de Produção 1: Desenhe uma família qualquer

Verbalização: “Esta sou eu na minha casa.” (O que está fazendo?). “Brincando de mamãe- bebê. Gosto de brincar com minha amiga Bianca.” (E como é esta brincadeira?). “Bianca é a mãe e eu sou a filha, aí ela faz comidinha e dá pra filha.” (E depois o que vai fazer?) “Nada. Aí acaba a história.”

Título: Eu na minha casa

Observações durante a aplicação: Renata apresenta muita dificuldade e resistência para desenhar. Realiza o desenho muito rápido e no momento de contar a história apresenta-se muita resistente. Fica um tempo calada, diz que não sabe contar história.

Unidade de Produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “É uma família de rosas.” (Onde estão?) “Elas estão no mato.” (O que estão fazendo?) “A mãe está fazendo a comida e as filhas tão brincando!” (De que brincam?). “Tão brincando de mamãe-bebê.” (E depois o que vão fazer?). “Nada. Tia eu já desenhei muito! Eu quero ir embora!”

Título: As rosas

Observações durante a aplicação: Nesta segunda unidade de produção, Renata também apresenta muita resistência e dificuldade em relatar a história. Desenha rapidamente e fica dispersa quando solicitado que a mesma conte uma história sobre o desenho.

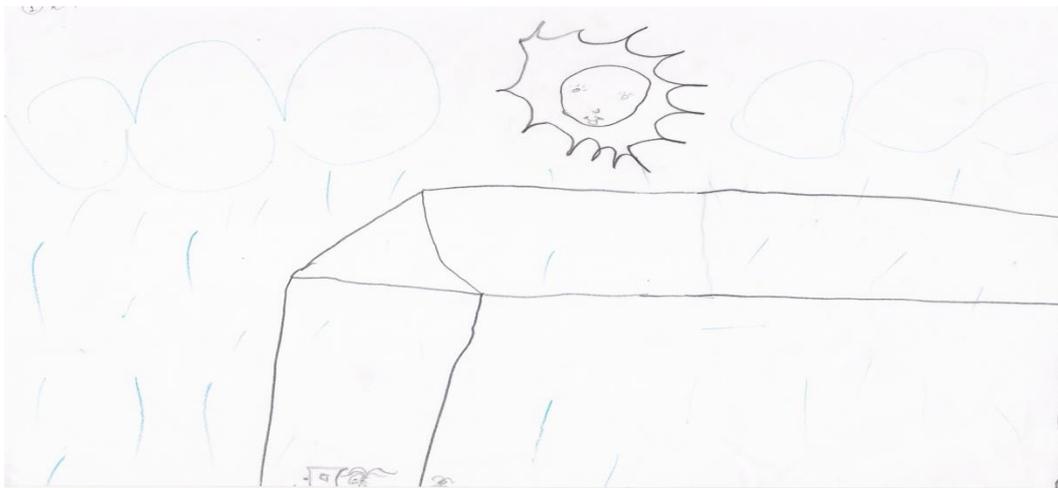
Interpretação: Na primeira unidade de produção, Renata desenha a sua casa e diz que está brincando de mamãe-bebê, onde idealiza uma mãe que nutre, que protege e que dá segurança. Dentro do abrigo, as crianças acabam exercendo o papel de cuidadoras, onde umas cuidam das outras, sendo esta a maneira que encontram de minorar os sofrimentos

advindos da separação de suas famílias de origem. Percebe-se também que o conteúdo desta unidade provoca-lhe muita resistência, já que acaba reavivando sentimentos como angústia, raiva, tristeza, por não conviver mais com a sua mãe real, sentimentos que a criança tenta reprimir o que acaba dificultando a formação de novos vínculos com outras pessoas. Segundo Bowlby (2004), as crianças que carregam histórias de apego inseguro, não apenas esperam a rejeição das outras (rejeitando-as antecipadamente), mas são realmente rejeitadas por eles, por agirem de maneira não muito amigável, pois são mais refratárias. Este fato é observado em Renata, que se esquiva, a todo o momento, de interagir com outras crianças ou com cuidadoras e, muitas vezes, torna-se agressiva e hostil, não permitindo que as pessoas, com as quais convive, aproximem-se muito dela. Mas, ao mesmo tempo, reclama muito ao dizer que as cuidadoras privilegiam algumas crianças em detrimento de outras. Através do desenho, Renata projeta a sua dificuldade de comunicar-se, de se vincular com outras pessoas, quando desenha uma casa toda fechada, onde ela se encontra lá dentro isolada, denotando uma dificuldade em expressar as suas tristezas, preferindo ficar “dentro da casa trancada” ou mesmo isolada do mundo. Talvez esta seja uma forma de proteger-se de novas separações e das conseqüências negativas que trazem. Na segunda unidade de produção, Renata também apresenta muita resistência, sendo um mecanismo de defesa para reduzir a angústia negando a realidade atual, que talvez não seja suportável. De acordo com Corman (2003), quando o Ego se depara com situações que geram bastante sofrimento, ele utiliza mecanismos de defesa no intuito de reprimir uma realidade que causa desconforto. Neste segundo desenho, Renata utiliza um mecanismo de defesa, quando ao invés de desenhar pessoas, desenha flores, que agem como uma família, que é idealizada pela criança. Nesta família idealizada por Renata, há uma mãe “suficientemente boa”, que realiza a maternagem de maneira satisfatória, quando nutre

afetivamente as crianças propiciando um ambiente seguro no qual elas possam se desenvolver de maneira saudável.

4.1.4 Bruna

Trata-se de uma criança de 7 anos, que chegou em 2007 juntamente com a irmã Renata, 6 anos e um irmão de 2 anos. Os três foram encaminhados ao abrigo pelo Conselho Tutelar (CT), após ter recebido uma denúncia da Pastoral do Menor, afirmando que os mesmos estavam sendo negligenciados e expostos a fatores de risco e prática de mendicância. Segundo informações, a mãe é usuária de drogas e encontra-se presa por furto e porte de maconha. No momento em que o CT foi averiguar a denúncia, Bruna não se encontrava. A criança estava morando na casa de um parente, em situação de risco e vulnerabilidade social. Segundo relato da assistente social, Bruna estava sendo induzida por esse parente a praticar mendicância na BR 230 da cidade de João Pessoa, PB. Ao receber a denúncia de que a criança encontrava-se nesta situação de risco, o CT recolheu a criança e a encaminhou ao abrigo, no qual a criança encontra-se até o momento da realização da pesquisa. As cuidadoras relatam que a criança é muito arredia, implica com outras crianças, brigando também com a irmã que é mais nova. Sua forma de interagir com as crianças, bem como com as cuidadoras é na defensiva e com agressividade, possivelmente esta maneira de agir seja um modo de amenizar suas vivências de separação prolongada ou repetida e de maltrato pelas primeiras figuras de apego.

Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer

Verbalização: “Estamos na nossa casa, eu e mamãe.” (O que fazem?) “Mamãe está fazendo a comida e eu estou arrumando a casa.” (E depois que fizerem estas atividades, o que vão fazer?) “Eu vou para a escola e mamãe vai fazer o jantar [...] e só!”

Título: “Eu e mamãe em casa”

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “Tia eu não quero mais desenhar, já fiz um desenho e agora quero fazer outra coisa. Outro dia eu faço outro desenho. Tchau tia!”

Observações durante a aplicação: Pede para realizar os desenhos numa casinha que fica no pátio da instituição. A criança brinca todos os dias sozinha neste espaço, não permite que outras crianças brinquem lá e antes de ir com a pesquisadora para lá, avisa as crianças para não irem até a casinha.

Interpretação: Percebe-se, na primeira unidade de produção, que apesar da desestrutura familiar na qual vivia e apesar da negligência por parte desta mãe, a criança representa a figura materna como boa, como aquela que consegue prover um ambiente saudável, aquela que nutre, conseguindo suprir as necessidades básicas de uma criança. No entanto, a ausência da mãe real desequilibra emocionalmente a criança, a deixa arredia e isolada do contato com outras crianças. Visto de uma outra maneira, pode-se perceber também que há uma desvalorização dessa figura materna quando a criança a desenha pela metade, o que denota a existência de um conflito, denunciando a distância afetiva entre a criança e sua mãe real. Dessa maneira, a criança projeta duas imagens de mãe: uma que nutre e outra que abandona, que não é continente. Um dado importante é que Bruna, não conseguiu vincular-se a outras pessoas do abrigo. Todos esses aspectos foram representados por Bruna em sua produção, quando desenha uma casa onde a porta é muito pequena e não há janela o que denota uma dificuldade na comunicação ou isolamento (Cunha, 2000). O desenho desta criança é pobre, uma casa simples, desprotegida e esse tipo de desenho é identificado em pessoas que sofreram perdas significativas, apresentando traços depressivos. Segundo Bowlby (2004), crianças com história de apego inseguro, não apenas esperam a rejeição das outras (rejeitando-as antecipadamente), mas são realmente rejeitadas por eles por agirem de maneira não muito amigável, pois são naturalmente mais refratários. No caso de Bruna, essa forma de agir com as pessoas com as quais convive no abrigo, possivelmente seja uma maneira que esta encontrou de se proteger, evitando vincular-se com medo de separar-se novamente, assim como aconteceu com a mãe, o que geraria mais sofrimento. Ainda segundo o mesmo teórico, as crianças que internalizaram um padrão inseguro de apego costumam se distanciar afetivamente, recusando aproximar-se de outras pessoas e estabelecer novos vínculos, tornando-se “agentes de sua privação”. Bruna recusou-se a

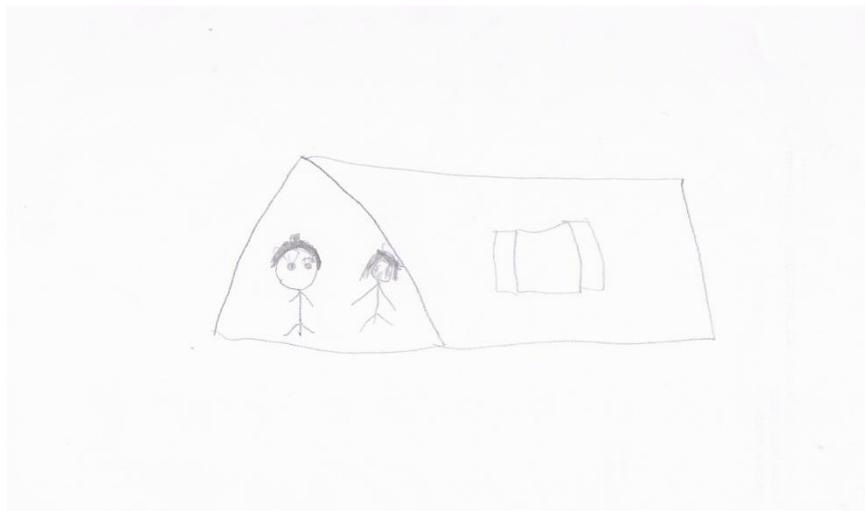
desenhar a segunda unidade de produção, e essa recusa, segundo Corman (2003), denota a dificuldade da criança em suportar uma realidade bastante penosa, sendo uma forma do ego se defender para que não haja um desequilíbrio. A criança devido às sucessivas perdas que ocorreram em sua vida, aprende a reprimir seus sentimentos, passando a negar qualquer necessidade de apego, mostrando-se autônoma precocemente e desconsiderando todos os sinais de apego tanto internos quanto externos.

4.1.5 Gean

Trata-se de uma criança de 7 anos que está no abrigo desde 2008. Gean foi encaminhado juntamente com mais três irmãos, pelo Conselho Tutelar, pois estes eram negligenciados pelo pai, que é usuário de drogas, tendo a mãe abandonado os filhos, e deixado-os sob os cuidados paternos. Como nenhum parente se dispôs a cuidar das crianças, foram encaminhadas para o abrigo até que se vislumbre a possibilidade de reinserção ao convívio familiar ou mesmo de serem colocados para adoção. De acordo com as informações dadas, o Conselho Tutelar visitou a casa do genitor e lá encontrou a tia paterna das crianças, que relatou que o pai, era usuário de drogas e que as crianças sofriam muito, pois o mesmo levava os filhos para as “bocas de fumo”. Nas observações feitas, constata-se que Gean é uma criança carinhosa e que gosta muito de brincar com crianças menores. Relaciona-se bem com as cuidadoras e com outros funcionários da instituição, sempre muito solícito. Possui outros irmãos, Igor de 6 anos, Júlia de 9 anos e Nilo de 2 anos, este ainda encontra-se no berçário. As cuidadoras informam que muitas famílias já foram até o abrigo no intuito de adotar uma das

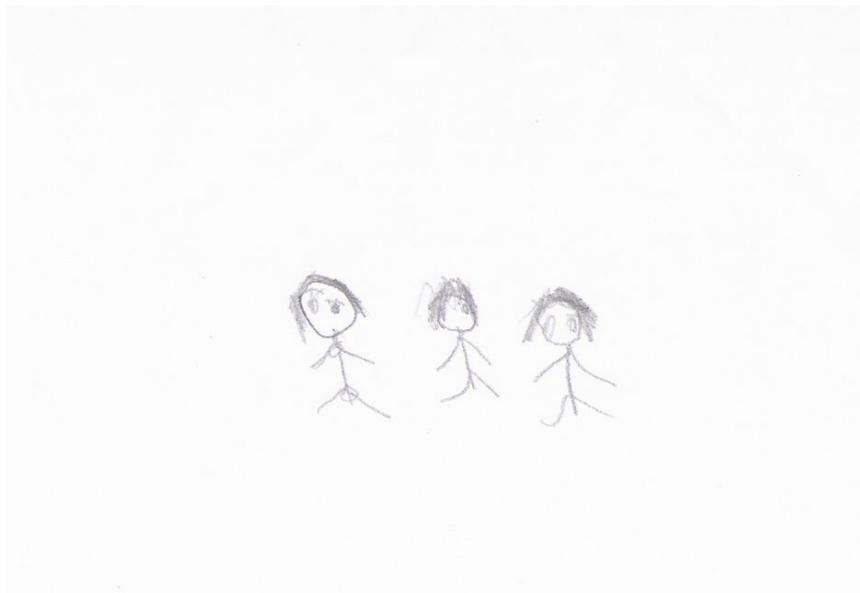
crianças, mas não é possível, pois a instituição prioriza a preservação dos vínculos entre os irmãos o que é importante para o desenvolvimento integral deles.

Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer



Verbalização: “Tia, sou eu e Mateus brincando na casinha do pátio.” (De que brincam?) “Ah, as meninas brincam de casinha, aí eu sou o pai e Mateus é o filhinho, mas às vezes, ele é o pai também e as meninas são filhas. Bianca era a mãe, mas aí ela foi embora, ela foi adotada” (baixa a cabeça nesse momento e fica sério) (e agora quem é a mãe?) “Bruna quer ser a mãe, mas ela é muito briguenta tia, só quer mandar, não sabe brincar direito, fica expulsando a gente da casinha e quer bater na gente, aí eu não gosto, era melhor quando Bianca era a mãe.”

Título: A casinha

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “Aqui eu desenhei eu, Igor e Júlia. Faltou desenhar Nilo, ele é meu irmãozinho pequeno, tia, mas ele fica lá em cima, porque ainda é muito pequeno.” (e você o vê?) “As tias às vezes descem com ele aqui para baixo, aí eu vejo, e às vezes a tia me deixa subir pra ver, mas é difícil. Tia já veio muita gente (famílias) querendo levar Nilo pra casa, mas eu disse pro diretor que não era para separar ele de nós, porque nós é que somos a família dele e Papai do Céu não quer que separe os irmãozinhos, não é tia?”. (o que vocês estão fazendo aí?). “Nós estamos brincando de cantar. Tem uma tia que vem toda semana tocar violão e ensina umas músicas pra gente e ela disse que era pra gente ser muito unido um com o outro e que a gente tem que cuidar um do outro.”

Título: Brincadeira de cantar

Observações durante a aplicação: Gean concentra-se durante a execução do desenho e o faz rapidamente, não apresentando resistência.

Interpretação: Gean representa, na sua primeira unidade de produção a família como sendo composta por ele e por um colega do abrigo. No relato da história, diz que estão brincando de casinha, onde representa a figura do pai e o coleguinha a do filho; também fala de uma colega do abrigo que representa a figura materna desta família idealizada. E, a partir desta brincadeira, Gean, juntamente com outras crianças representam uma família ideal nos moldes tradicionais, onde há um pai, uma mãe e os filhos. E através da brincadeira, manifestam comportamentos de cuidados e proteção entre eles, e esta maneira de interagir, é segundo Alexandre e Vieira (2004), semelhante ao apresentado pelas mães em relação aos filhos, tão pesquisado por Bowlby em sua Teoria do apego. Kishimoto (1996) aponta que por meio das brincadeiras as crianças expressam seus sentimentos e elaboram situações desagradáveis de suas vivências, buscando meios de torná-las mais agradáveis através do lúdico. Ressaltamos também a importância do papel desempenhado pelos irmãos mais velhos e por algumas crianças nas relações de afeto e de cuidado, onde assumem papéis relevantes para o desenvolvimento sócio-afetivo de crianças mais novas. Na segunda unidade de produção, representa os irmãos que também encontram-se abrigados e no relato da história demonstra um forte vínculo entre ele e os irmãos, bem como a preocupação de que não sejam separados. Foi observado nos relatos, a ausência tanto da figura materna, como da figura paterna. Essa resistência em desenhar as figuras materna e paterna também tem sido observada por Di Leo (1987), em crianças que adquiriram uma imagem negativa da família, cuja vida, no lar, foi caracterizada por negligência e maus tratos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), art. 92, inciso V e VI, as entidades que desenvolvem

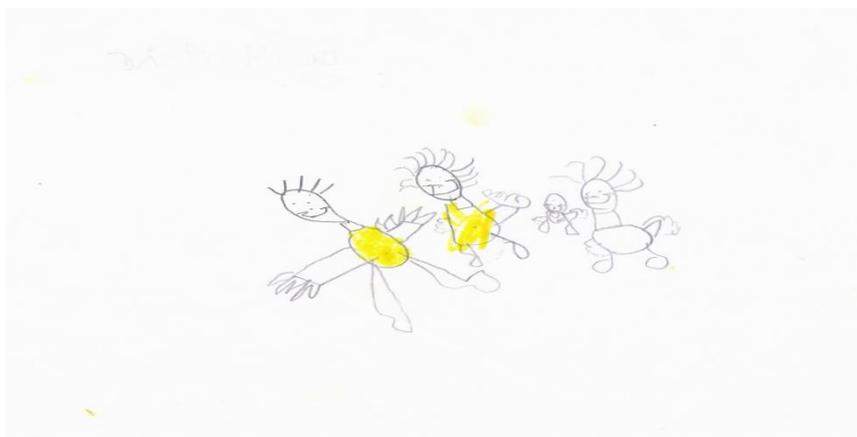
programas de abrigo deverão adotar, entre outros princípios o não-desmembramento de grupos de irmãos e evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de abrigo. A garantia da manutenção do vínculo familiar com a preservação do grupo de irmãos proporciona à criança abrigada benefícios psicossociais . Basta o convívio entre dois ou mais irmãos para manterem a unidade familiar e o sentimento de pertinência. “Dois irmãos biológicos formam sim uma família e a natureza dos laços de fraternidade que unem dois irmãos não são diferentes dos laços que unem mãe e filho: ambos de natureza consanguíneas” (SILVA, em CeCIF, 2002, p. 85). O sentimento de não estar sozinho, de manter consigo um outro significativo, garante a sensação de união, fortalecendo os vínculos de fraternidade entre crianças e adolescentes que pelo processo de institucionalização tiveram seus laços rompidos com demais familiares. Verificamos nas falas de Gean, a sua preocupação em manter a sua família atual, que são os irmãos, unida. Observou-se que quando os abrigos procuram preservar a relação entre os irmãos, respeitando sua constituição familiar proporcionam maior sentimento de segurança e equilíbrio emocional. Através da representação de família de Gean, bem como do relato de sua história, percebeu-se que o vínculo afetivo entre irmãos, derruba a barreira do isolamento, da solidão, diminuindo um pouco do desconforto da institucionalização.

4.1.6 Igor

Trata-se de uma criança de 6 anos, que se encontra no abrigo desde 2008. Foi encaminhado pelo Conselho Tutelar juntamente com mais três irmãos, Gean, 7 anos, Júlia, de 9 anos e Nilo, de 2 anos , diante da situação de drogadição do genitor e da falta de informações do paradeiro da genitora. Como nenhum parente se dispôs a cuidar

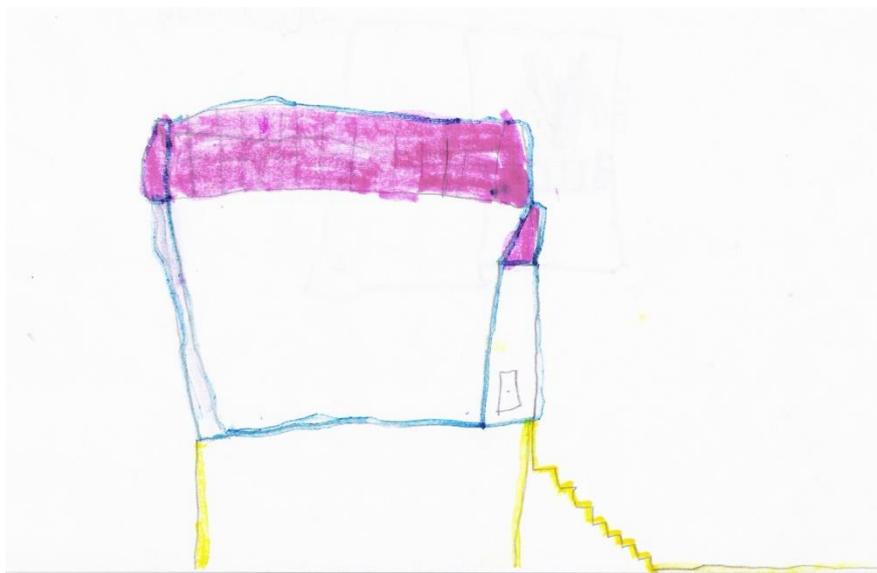
das crianças, eles foram encaminhados para o abrigo até que se vislumbre a possibilidade de reinserção ao convívio familiar ou mesmo serem colocados para adoção. De acordo com as informações dadas, o Conselho Tutelar visitou a casa do genitor e lá encontrou a tia paterna das crianças, que relatou que o pai destas era usuário de drogas e que as crianças sofriam muito, pois o mesmo levava os filhos para as “bocas de fumo”. As cuidadoras informam que Igor é uma criança tranquila, que interage bem com outras crianças e é muito apegado aos irmãos. Informam ainda que ele pergunta muito pelo irmão caçula, que fica no berçário, localizado no primeiro andar do abrigo e que pede para que elas desçam com a criança para que ele a veja.

Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer



Verbalização: “Tia eu desenhei Gean, Júlia, Nilo e eu sou esse daqui (aponta para a última figura desenhada).” (e o que estão fazendo?) “Tia, a gente está passeando pelo jardim daqui, nós descemos com Nilo e levamos ele pra passear aqui embaixo no jardim. E depois nós jantamos e a tia levou ele para ir dormir no bercinho lá em cima e só”.

Título: Um passeio

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “Tia essa aqui é a casa onde nós moramos (se referindo ao abrigo), eu desenhei a escada lá da frente. Eita (expressão nordestina que significa espanto) tia, aqui dentro também tem uma escada que vai lá pra cima, onde nós dormimos; então essa escada vai servir pras duas coisas.” (o que tem nessa casa?). “Ah, tem muita coisa. Ela é bem grande, tem parquinho, tem banheiro, tem comida e tem mais coisas que eu não lembro agora tia!” (e quem mora nessa casa?) “Moram as crianças, tem também as tias, mas elas não moram aqui, elas cuidam um pouquinho da gente e depois vão pra casa, aí vem outras tias que também cuidam da gente. Ah tia, e tem também o diretor e o vigia que cuida do portão.” (mais alguém?) “Não tia, já acabou! E agora vamos brincar de outra coisa, já cansei de contar historinha”.

Título: A minha casa que eu moro

Observações durante a aplicação: Igor desenha rapidamente e ao término dos desenhos pede para utilizar os lápis de cor. Durante a realização do primeiro desenho diz que parece que as crianças tomaram um choque porque os cabelos estão todos em pé e acha engraçado. Já no segundo desenho, lembra que dentro da casa também tem uma escada, ao perceber isso diz que essa escada também vai servir para dentro da casa.

Interpretação: Assim como nos desenhos do irmão Gean, observa-se também nos desenhos de Igor a ausência das figuras materna e paterna. No primeiro desenho Igor representa a imagem de família onde representa ele próprio e os irmãos. No segundo desenho representa o abrigo e descreve tudo o que encontra dentro deste. Ainda no primeiro desenho, demonstra o forte vínculo entre este e os irmãos, bem como o desejo de ter sempre contato com o irmão mais novo, que ainda está no berçário. Ficou evidente o desejo e a necessidade de ter a sua família sempre junta, fato demonstrado no relato de sua primeira história, quando retrata uma situação em que desce com o seu irmãozinho que estava no berçário, localizado no primeiro andar, e juntamente com os outros irmãos o levam para passear no jardim do abrigo que fica localizado no segundo andar. Assim como observado nas falas do irmão Gean, verificou-se que Igor também tem a preocupação de manter intactos os vínculos com os irmãos. O fato de o abrigo preservar os vínculos entre irmãos é um fator positivo que proporciona um sentimento de segurança e equilíbrio emocional nas crianças. A presença dos irmãos, unidos em um momento de intensa vulnerabilidade, favorece o estabelecimento de uma identidade compartilhada e de uma forte união em busca de um mesmo ideal. Essa união cria um compromisso fraterno, compartilhando cautelas e esperanças. A mesma situação observada em relação ao forte vínculo entre os irmãos nesta pesquisa, vem ao encontro do estudo realizado por Alexandre e Vieira (2004), sobre apego entre crianças

institucionalizadas que viviam em situação de abrigo, em que foi verificado que os irmãos mais velhos demonstraram-se responsivos às solicitações de afeto e cuidado em relação aos irmãos mais novos.

4.1.7 Sandro

Sandro é uma criança de 7 anos, que está no abrigo desde 2008. A criança foi adotada e depois de quase três anos a mãe adotiva resolveu “devolvê-lo” alegando que o mesmo tinha comportamento “destrutivo” (Sic), que não obedecia, não queria estudar, que quebrava tudo e batia em outras crianças. A mãe adotiva argumentou ainda que apesar de muitas tentativas de ajudar a criança a mudar de comportamento não conseguiu o que a levou a desistir da adoção. Segundo relato da assistente social, os pais biológicos de Sandro foram assassinados e este foi adotado pouco tempo depois do ocorrido. Sandro foi encaminhado ao abrigo devido à desistência de sua mãe adotiva em ficar com ele, que alegou também que não deseja mais a guarda provisória, devido ter uma filha portadora de necessidades especiais e trabalhar o dia inteiro.

Através das observações realizadas e dos relatos das cuidadoras, verificou-se que Sandro é uma criança bastante difícil, implica muito com outras crianças, apresentando dificuldades em interagir no abrigo. Segundo uma cuidadora, Sandro é sempre levado para a sala da Psicóloga por ser muito agressivo e não participar das atividades propostas.

Unidade de Produção 1: Desenhe uma família qualquer

Verbalização: “Sandro e mamãe estão em casa. Samuel vai para a escola e a mãe vai trabalhar. Samuel gosta muito da mãe, a mãe é boa do coração. Irmã, eu tenho muita saudade de você. Você é minha melhor irmã. Mamãe eu te amo de coração. Nunca vou te esquecer. Mãe você foi boa para mim. De coração, beijos, abraços, saudades e amor.” (Pede para desenhar o primo). “Adonai eu gosto de você. A gente é uma família feliz. Adonai você é o meu melhor primo do coração. Diga a mainha que eu gosto dela de coração e você também. Eu tenho muita saudade de você. Gosto de você, você é o meu melhor amigo. Nunca vou te esquecer.”

Título: Jesus, Maria, José, nossa família vossa é.

Observações durante a aplicação: Durante o relato da história, Sandro pede a pesquisadora que apenas escreva, não permitindo que fosse realizado nenhum inquérito acerca da unidade de produção. Faz um relato como se estivesse ditando uma carta e, neste momento, a pesquisadora percebeu que a criança estava ansiosa, como se aproveitasse a oportunidade para desabafar.

Unidade de Produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “Sandro, Adonai, Miguel e Emanuel. A gente vai para a escola estudar. Temos uma vida feliz. Adonai quando crescer vai ser um médico ou virar bombeiro. Se você não quiser vire polícia.” (Por quê?) “Porque mata os ladrões. Miguel você não vai querer ser essas coisas, mas você vai ser um belo diretor da casa. Quando você tiver as crianças vai lhe obedecer. Emanuel você é o meu melhor amigo, sem você eu fico com saudade, sem te ver.”

Título: Maria Alice, te amo de coração, amém.

Observações durante a aplicação: Durante a realização dos desenhos Sandro mostrou-se bastante concentrado. Quando solicitado para contar uma história pede a pesquisadora que escreva o que ele vai falar, como se tivesse ditando uma carta.

Interpretação: Sandro representa no seu primeiro desenho, a família adotiva (mãe, irmã e um primo) e através da história que conta, faz um relato da angústia e pesar que

sente por ter sido mais uma vez abandonado e da falta que esta mãe faz. De acordo com Martins (2005), as crianças que vivem em situação de abrigo nutrem a imagem de terem tido uma família perfeita. E essa maneira idealizada de ver a família pode dificultar o enfrentamento da realidade vivenciada, o que pode prejudicar a reconstrução de papéis de referência importantes na vida de uma criança. Corroborando com as idéias deste autor, percebe-se que Sandro idealizou a sua família, como sendo perfeita e suprimindo a realidade, onde este fora abandonado pela segunda vez. Mas apesar do abandono, percebe-se que a criança ainda nutre um sentimento de amor muito forte por esta mãe, a ponto de o título da história ser o nome da mesma. Por outro lado, pode-se pensar também, que a criança tenha recebido carinho dessa mãe e que esta tenha ofertado um ambiente seguro e continente, mesmo que depois tenha devolvido a criança para o abrigo. Sandro representa seus sentimentos de amor e de desejo por uma família amorosa e percebemos que esses sentimentos e afetos se intensificam quando se referem à figura materna e sua imagem de família aparece representada principalmente pela figura da mãe.

Na segunda unidade de produção, Sandro representa os primos, que moram com sua avó biológica. No relato da história diz que todos vão para a escola e diz ainda que todos têm uma vida feliz, possivelmente porque estão juntos, formando uma família. Continua o relato dizendo que o primo Adonai deverá ser um médico, ou bombeiro ou ainda um policial. Todas essas profissões remetem a cuidado, proteção, talvez essa seja uma forma da criança expressar seus medos e angústias por estar separado da sua família, necessitando de carinho, de proteção ou mesmo, de alguém que lhe salve (bombeiro, médico, policial) e o resgate do abrigo. Diz ainda que o outro primo deverá ser “um belo diretor e que as crianças o obedecerão” (SIC). Mais uma vez representa a necessidade de que alguém o proteja e que lhe forneça um ambiente continente que supra todas as

suas necessidades de afeto e até de limites. Sandro finaliza a sua comunicação, falando da saudade que sente do primo. Percebe-se nas verbalizações de Sandro, que ele idealiza uma família no intuito de aliviar o sofrimento causado pela ruptura familiar. Segundo De Antoni (2000), o longo período de distanciamento da família faz nutrir nas crianças abrigadas, uma imagem idealizada de suas famílias de origem, geralmente distante da realidade vivenciada. Esse fato é observado inclusive no título da história da criança: “Jesus, Maria, José, nossa família vossa é”, em alusão à família sagrada. Percebeu-se também na expressão gráfica de Sandro, a representação de um lar sem portas ou janelas, mas o ponto positivo é que existem pessoas dentro. Tal fato denota que apesar da ausência ou falha na comunicação e até mesmo o isolamento, existem pessoas com as quais ele construiu vínculos afetivos.

4.1.8 Danilo

Trata-se de uma criança de 6 anos, que foi abrigada juntamente com o irmão Sebastião, por estarem em situação de risco e vulnerabilidade social, uma vez que a genitora havia sido encaminhada à casa de Recuperação Feminina, para cumprir detenção social, por estar envolvida com furtos. Danilo e o irmão estão abrigados desde 2006 e, depois de várias tentativas fracassadas de reinseri-los em sua família, eles entraram no Programa de Adoção. O Programa espera selecionar uma família que aceite os irmãos, para preservar os laços afetivos existentes entre eles. Nas observações, percebe-se que Danilo é muito querido pelas crianças e pelas cuidadoras. Uma das cuidadoras relata que por várias vezes já levou Danilo para passar o fim de semana em sua casa e que tem um grande desejo de adotá-lo, só não o faz porque este tem um irmão (Sebastião) e ela

não tem condições de sustentar os dois. Percebeu-se também que Danilo interage bem com todas as crianças do abrigo e quando chegam outras crianças na instituição ele fica perto, como que para proteger, dar consolo, exercendo um pouco o papel de um cuidador.

Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer



Verbalização: “Tia eu não sei contar uma historinha, conte a senhora para mim!” (então me diga quem são essas pessoas que você desenhou). “Sou eu, o primeiro, o do meio é o meu irmão Sebastião e esses são meus dois amiguinhos daqui.” (o que estão fazendo?) “Vamos brincar de se esconder e do homem aranha. Ah, e eu sou o homem aranha. Tia eu assisto o homem aranha, às vezes, e eu também gosto do super-homem, mas eu gosto mais do homem aranha.” (por que?) “Porque ele solta a teia pelas mãos e se pendura nas paredes, mas acho que é só de brincadeira não é tia? Porque se for de verdade ele cai.”

Título: O homem aranha

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter

Verbalização: “De novo uma historinha tia! Ai meu Deus, eu acho que eu não sei contar.” (Tente inventar uma então!). “Está certo tia. Deixe-me ver. Eu desenhei essa casa aqui (se referindo ao abrigo onde mora), mas no desenho ficou pequena tia, porque se eu fosse desenhar do tamanho que é não ia caber no papel, por isso que eu fiz pequenininha, do meu tamanho (risos). Aí eu me desenhei e meu irmão e meus amiguinhos de novo.” (e o que estão fazendo?) “Ah, tia! Aí nós estamos brincando também, nós brincamos muito, tia.” (e de que brincam agora?) “Nós brincamos de se esconder de novo e do homem aranha também e não me lembro mais de outra brincadeira, acho que é só isso mesmo.”

Título: Brincar de se esconder

Observações durante a aplicação: Durante a realização dos desenhos Danilo mostrou-se muito atento e compenetrado enquanto desenhava, aparentava divertir-se com o que estava fazendo. Sempre muito falante, interrompia os desenhos e falava que estava muito engraçado e queria ir mostrar ao irmão mais velho o que estava fazendo. Diz ainda que no fim de semana vai para a casa de uma cuidadora e que dessa vez o seu irmão irá também. Pergunta quantos dias faltam para chegar o sábado e se vai demorar muito, porque quer ir logo para a casa da cuidadora, da qual gosta muito.

Interpretação: Pode-se observar que tanto no primeiro desenho, quanto no segundo, Danilo representa a sua vivência no abrigo. Em nenhum momento menciona a sua família de origem, representando uma família idealizada. Segundo De Antoni (2000), o longo período de distanciamento da família faz nutrir nas crianças abrigadas, uma imagem idealizada de suas famílias de origem, geralmente distante da realidade vivenciada. No primeiro desenho, Danilo representa o seu irmão como figura central em sua vida e nas observações realizadas percebeu-se que eles são muito unidos e um cuida do outro. Observa-se também que ambos buscam constantemente a presença um do outro. Tal comportamento é semelhante ao apresentado pelas mães em relação aos filhos, referenciado por Bowlby (2006). Esse fato também foi observado nas pesquisas de Alexandre e Vieira (2004) que perceberam, em pesquisas realizadas em abrigos, que os irmãos mais velhos demonstram preocupação com os irmãos mais novos, protegendo-os em situações de risco. A garantia da manutenção do vínculo familiar com a preservação do grupo de irmãos proporciona à criança abrigada benefícios psicossociais. Basta o convívio entre dois ou mais irmãos para manterem a unidade familiar e o sentimento de pertinência. “Dois irmãos biológicos formam sim, uma família e a natureza dos laços de fraternidade que unem dois irmãos não são diferentes

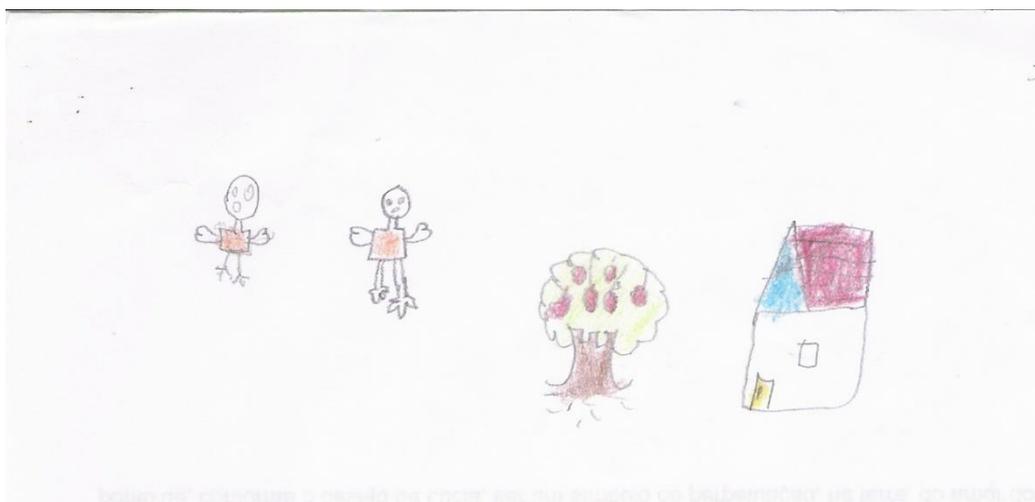
dos laços que unem mãe e filho: ambos de natureza consangüíneas” (SILVA, 2002, p. 85). O sentimento de não estar sozinho, de manter consigo um outro significativo, garante a sensação de união, fortalecendo os vínculos de fraternidade entre crianças e adolescentes que pelo processo de institucionalização tiveram seus laços rompidos com demais familiares. Também foi observado que tanto no primeiro desenho, quanto no segundo, Danilo representa os seus amigos do abrigo. Esse dado aponta que após a separação da família nuclear, um amigo do abrigo passa a ser uma figura com a qual a criança estabelece um novo vínculo. Na segunda unidade de produção, desenha uma casa que representa o abrigo, representa mais uma vez o irmão mais velho e outras crianças da instituição, o que indica que a criança conseguiu construir novos vínculos afetivos. Percebe-se nas expressões gráficas de Danilo, desenhos um tanto bizarros e assim como o irmão, desenha figuras dependuradas, soltas, o que indica, segundo Cunha (2000), uma instabilidade nos vínculos afetivos, muito provavelmente relacionado às perdas sofridas quando foi separado da sua família de origem.

4.1.9 Sebastião

Trata-se de uma criança de 7 anos que foi abrigado juntamente com outro irmão mais novo (Danilo), por estarem em situação de risco e vulnerabilidade social, uma vez que a genitora havia sido encaminhada a casa de Recuperação Feminina, para cumprir detenção social, por estar envolvida com furtos. Sebastião e o irmão estão abrigados desde 2006 e, depois de várias tentativas fracassadas de reinseri-los em sua família, eles entraram no Programa de Adoção, onde será selecionada uma família que aceite os irmãos, preservando os laços afetivos existentes entre eles. Nas observações realizadas pode-se perceber que Sebastião é uma criança tranquila, e bastante afetiva. Gosta de

brincar com o seu irmão mais novo e o protege quando alguma outra criança tenta agredir este. As cuidadoras relatam que quando Sebastião chegou ao abrigo não permitia que ninguém chegasse perto do seu irmão, chegando até a agredir uma cuidadora. Apresentava um comportamento agressivo e defensivo, mas com o passar do tempo, as cuidadoras foram conseguindo com que ele mudasse o seu comportamento e hoje se mostra uma criança muito afetiva.

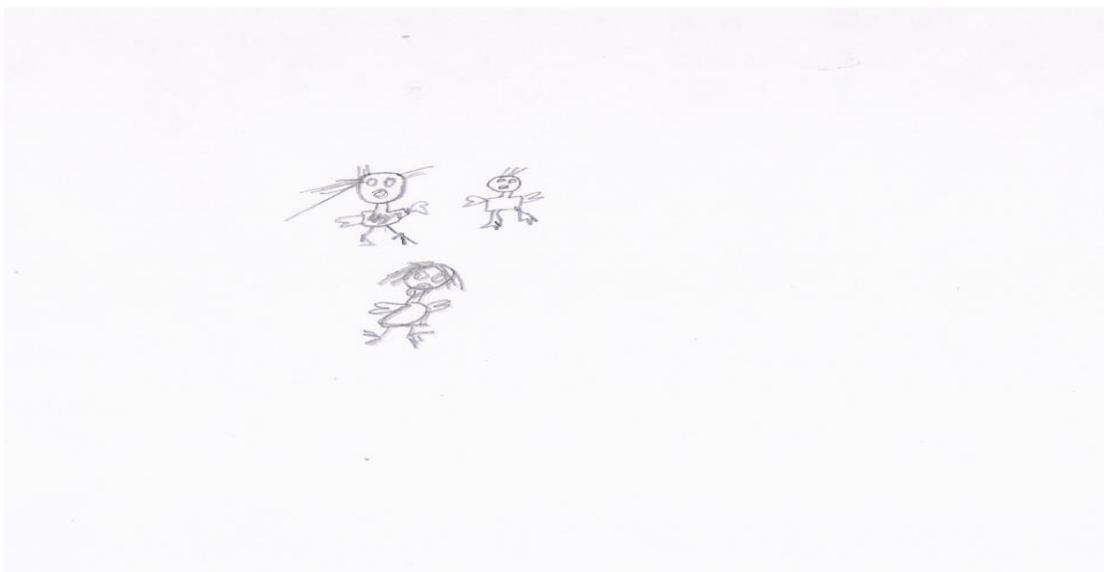
Unidade de produção 1: Desenhe uma família qualquer



Verbalização: “Sou eu e o meu irmão Danilo. E essa casa é o abrigo onde a gente mora e eu também desenhei essa árvore pra enfeitar a casa.” (o que fazem?) “A gente brinca muito, Danilo gosta muito de brincar de correr. Aí eu conto até dez enquanto ele se esconde.” (e depois?) “Depois eu vou procurar ele, eu sempre acho, mas, pra ele não ficar com raiva, eu digo que não estou vendo, pra ele ganhar a brincadeira, porque ele é pequeno sabe, tia!”

Título: Os irmãos Sebastião e Danilo

Unidade de produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter



Verbalização: “Sou eu, Danilo e "tia Karla”. Tia, eu e meu irmão vamos passar o fim de semana na casa dela, a gente gosta muito dela, porque ela trata a gente bem.” (o que ela faz?) “Ela dá abraço na gente, conta história e é muito boa.” (como você imagina que será o fim de semana na casa dela?) “Ah tia, eu acho que a gente vai brincar muito e ela disse que vai levar a gente na praia e pra passear no zoológico pra gente ver os animais. Lá tem leão, macaco e um montão de bichos, tem até cobra, vai ser muito bom. Mas ela disse que não é pra gente dizer pros meninos, porque senão eles ficam tristes e não dá pra levar todas as crianças, porque é muita gente, não é, tia?!”

Título: Um passeio na casa de Tia “Karla”

Observações durante a aplicação: Sebastião mostra-se muito participativo durante a realização dos desenhos, bem como no relato das histórias. Pode-se perceber que ele tem um vínculo muito forte com Danilo, o seu irmão mais novo, exercendo a função de cuidador, aquele que cuida, que protege e dá afeto.

Interpretação: Na primeira unidade de produção, Sebastião idealiza uma família como sendo composta por ele e pelo irmão Danilo, que também mora na instituição. Desenha também o abrigo e coloca uma árvore que segundo ele é para “enfeitar”, talvez para tornar o local mais bonito, mais afetivo. Uma característica marcante no relato das histórias de Sebastião é o afeto que demonstra pelo seu irmão mais novo. A família que ele representa é constituída por ele e pelo irmão Danilo, pelo qual se sente responsável, fato demonstrado nos dois desenhos. Corroborando com os estudos realizados por Alexandre e Vieira (2004), que ressaltaram a importância dos papéis desempenhados pelos irmãos mais velhos dentro do abrigo, pôde-se constatar que esta característica foi encontrada na relação entre Sebastião e seu irmão mais novo, Danilo. Sebastião mantém um vínculo afetivo muito forte com seu irmão, exercendo para com ele a função de um cuidador, aquele que oferece além do afeto, proteção, sendo uma figura que serve de suporte. Na segunda produção, além de novamente desenhar o seu irmão caçula, representa também uma cuidadora do abrigo, com a qual se identifica e que também gosta muito do seu irmão Danilo. Esta cuidadora informa a pesquisadora da vontade que tinha de adotar Danilo e também o seu irmão Sebastião, mas que não tem condições de adotar as duas crianças. Ela exerce para os irmãos a função da figura materna, já que conseguiu conquistar as crianças estabelecendo um vínculo afetivo. Dessa forma, ela conseguiu exercer a maternagem sendo uma figura que serve de suporte para Sebastião e o irmão Danilo. Percebe-se no desenho desta criança, traços depressivos quando representa figuras dependuradas, soltas e dispersas, o que denota, segundo Cunha (2000), um sinal da instabilidade dos vínculos afetivos, este fato possivelmente está relacionado à ruptura dos vínculos com a sua família de origem, que causaram sofrimento para a criança.

4.1.10 Sara

Sara é uma criança de 6 anos e está no abrigo desde 2007. Segundo relato da assistente social, a criança foi encaminhada pelo Conselho Tutelar, que recebeu uma denúncia dos vizinhos de que ela, juntamente com o irmão mais novo, estava sofrendo negligência. A mãe da criança abandonou a casa, para viver com outro homem. Diante desse fato, o pai de Sara ficou abalado psicologicamente, começou a beber muito e a deixar os filhos em casa, sozinhos. Informou-se de que o pai de Sara, quando saiu do hospital, ia visitá-la, mas ela tinha vergonha dele, porque chegava bêbado, e as outras crianças ficavam zombando dele. Quando a visitava, o pai sempre levava lanche e quando não levava, a menina o mandava embora. Sara pede sempre para ser levada para a casa dos funcionários. Não se tem perspectiva de reinserir Sara na sua família, pois não há estrutura e ninguém da família procurou o abrigo para levar as crianças. Sendo assim, está sendo solicitada a destituição do poder familiar, para que a menina, juntamente com o irmão, sejam inseridos no programa de adoção.

Unidade de Produção 1: Desenhe uma família qualquer



Verbalização: “Essa é Rose.” (O que está fazendo?) “Está lutando!” (Com quem?) “Está lutando com Davi!” (Por que?) “Porque ele é amigo dela, mas é só de brincadeira, porque ela gosta de brincar.” (O que mais gosta de fazer?) “Gosto de separar as roupas no abrigo! A gente brinca de mamãe e bebê.” (Quem é a mãe e o bebê?) “A mãe é Rose, e eu sou a filha.”

Título: Mamãe e bebê.

Observações durante a aplicação: Sara mostrou-se muito tímida e apresentou dificuldades para realizar os desenhos solicitados, dizendo sempre não saber desenhar. Um dado importante é o fato de a criança desenhar apenas uma figura, denotando, possivelmente, sua dificuldade de se ver em grupo. Durante a segunda unidade de produção, demonstrou muita resistência e dificuldade em contar uma história.

Unidade de Produção 2: Desenhe uma família que gostaria de ter



Verbalização: “Essa é “Jose”. (o que está fazendo) “Está trabalhando.” (o que ela faz?). “É enfermeira e cuida das crianças.” (O que mais faz?). “Mais nada. Gosta de levar a gente para casa.” (Quem ela gosta de levar para casa?). “Eu e Bianca.” (Por que?). “Porque ela gosta de mim e de Bianca.”

Título: Tia Jose

Interpretação: Na primeira unidade de produção, Sara representa uma criança do abrigo. Ela não desenha sua família de origem e segundo Di Leo (1987), essa resistência e/ou negação tem sido observada em crianças que internalizaram uma imagem negativa da família, cuja vida, no lar, foi caracterizada por tumulto e negligência. E sendo assim, Sara representa em seu desenho uma colega do abrigo, caracterizando uma possível representação da figura materna, fato que é confirmado no relato da história quando diz que ela e Rose gostam de brincar de mamãe-bebê e que esta assume o papel de mãe na brincadeira. Nesta representação, verifica-se que diferentemente do que foi observado nos estudos de Silveira (2002), Sara ao desenhar uma amiga do abrigo, como representante da sua família, acabou considerando o critério de coabitação para definir o que seria família para ela. Ainda segunda a mesma autora, não importa se a criança se vincula a apenas uma pessoa, o mais importante é que haja de fato uma relação de afeto para que esta se sinta amada, protegida e cuidada e que lhe seja ofertado um ambiente que propicie o seu desenvolvimento emocional saudável. Um outro aspecto importante observado foi o tipo de brincadeira relatado por Sara, que é a brincadeira de “mamãe-bebê”, onde uma criança assume o papel da mãe, que nutre, dá carinho, proteção e a outra assume o de filho e receptor de todo afeto. Sendo uma maneira que estas crianças encontraram de suprir suas necessidades de apego. Esse fato também foi observado em pesquisas realizadas por Alexandre e Vieira (2004), que compararam a

maneira como estas crianças mantêm relações afetivas umas com as outras, com a relação de apego mãe-bebê, referenciada por Bowlby (2002) em seus estudos sobre a Teoria do Apego. Acredita-se que Sara transmite, através do seu desenho, o que os autores citados descrevem das crianças separadas de sua família: nestes casos, dizem eles, um colega do abrigo muitas vezes passa a ser uma figura de apego. Na segunda unidade de produção Sara, mais uma vez, representa um membro da instituição caracterizando, novamente, uma possível representação da figura materna. A criança representa uma das enfermeiras que, segundo ela, cuida das crianças. O que vem a confirmar o seu desejo de ser cuidada representando uma imagem idealizada da figura materna, aquela que cuida, que ama, que “leva pra casa”.

4.2 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DE CADA UM

Através dos relatos das histórias das crianças que participaram da pesquisa, verificou-se que estas representam uma família idealizada, pois ao idealizarem estas figuras, tentam aliviar o sofrimento causado pela ruptura familiar e pela violência sofrida. Percebeu-se que, diante da alta rotatividade de funcionários da instituição, as crianças acabam cuidando umas das outras, sendo esta uma forma que encontram para minorar a tristeza e angústia que sentem por se encontrarem longe de suas famílias de origem. Outra problemática encontrada na fala de uma das crianças, diz respeito ao segundo abandono. Ao tentarem reconstruir uma família, muitas experiências tornam-se frustradas, revivendo a violência da rejeição, do abandono, e intensificando a resistência e o recolhimento da criança para novas oportunidades de reconstrução familiar.

As falas destas crianças reforçam a representação de uma família idealizada, onde nutrem grandes expectativas, principalmente no que se referem as suas perspectivas sobre a convivência familiar. Verificou-se que as crianças nutrem a imagem de ter tido uma família perfeita. E talvez essa idealização possa dificultar o enfrentamento da realidade vivenciada, prejudicando a reconstrução de papéis de referência importantes na vida de uma criança.

Observou-se também, no relato das histórias das crianças, que alguns adultos do abrigo tornam-se suporte afetivo delas, representando uma figura de apego que transmite afeto e segurança. Também foi representado nos desenhos o desejo de ter uma família amorosa e percebeu-se que os sentimentos de amor e afeto se intensificam quando se referem à figura materna e que a imagem de família aparece representada, principalmente pela figura da mãe ou uma figura que represente este papel.

Utilizou-se o desenho juntamente com as histórias, como uma forma de acessar aspectos da subjetividade das crianças, pois, de acordo com Dolto (1991), o desenho realizado por uma criança faz referência a uma representação inconsciente que ela tem de si, sendo sua produção gráfica um tipo de autorretrato. A autora destaca ainda que no desenho infantil, mostra-se também a parte dolorosa da vida, pois a criança é muito sensível e, dificilmente, mascara suas emoções e sensações.

A análise dos desenhos e das histórias narradas, possibilita perceber como a vida das crianças, que participaram da pesquisa, entrelaça-se e se mistura, compondo um mosaico de movimentos com diferentes histórias de vida, diferentes subjetividades, numa diversidade de tempo e espaço que vão delineando seus vínculos afetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar este estudo traz, não apenas a sensação de dever cumprido, mas também, a responsabilidade de utilizá-lo a fim de melhorar as condições das crianças que vivem em situação de abrigo e que carregam dentro de si a dor da separação e o medo do futuro, que é incerto.

A partir das análises das histórias, bem como da interação com as crianças e com os cuidadores, considerou-se que as crianças institucionalizadas percebem a família de uma maneira idealizada nutrindo dentro de si a imagem de terem tido uma família perfeita. E o fato de idealizarem uma família, algumas vezes as leva a apresentarem dificuldades em construir novos vínculos afetivos. Percebeu-se também a importância do papel desempenhado pelo grupo de companheiros nas instituições de cuidados infantis, mostrando o papel suportivo mútuo dos pares em situações onde não existe uma relação parental. Corroborando com os estudos de Carvalho (2002), ressaltou-se que o sistema interacional criança-criança, ainda que não seja suficiente para superar o sistema adulto-criança, pode ser um elemento facilitador de suas interações sociais. No caso das crianças que vivem em abrigos, as amizades entre os companheiros contribuem para o seu desenvolvimento, pois oferecem a segurança de pertencer a um grupo e servem de modelo para a construção de suas futuras relações.

Embora o ambiente institucional não seja compreendido como ideal para o desenvolvimento, a institucionalização de crianças pode ser considerada uma medida protetiva que contribui para o seu bem-estar. O fato das instituições de abrigo oferecerem um ambiente mais organizado, com possibilidades de construir novas

relações afetivas, parece funcionar como um fator de proteção, que auxilia no desenvolvimento global da criança abrigada.

Através da pesquisa constatou-se que, mesmo que as primeiras experiências de apego tenham sido caracterizadas por falta de responsividade e proteção, vivências de situações abusivas, de exposição a riscos e negligência, essas situações não impediram a formação de novos vínculos afetivos significativos. E com isso, percebeu-se que em sua maioria, as crianças acabaram encontrando na instituição de abrigo um espaço para reconstruir suas relações de apego, seja com cuidadores ou mesmo com outras crianças. E sendo assim, percebeu-se que o abrigo pode ser considerado um espaço que ofereça benefícios às crianças que nele se encontram e que pode proporcionar o seu desenvolvimento saudável por favorecer o estabelecimento de novos relacionamentos e possibilitar uma estrutura mais organizada, capaz de inseri-las de uma forma mais positiva na sociedade.

Diante disso, é importante que a instituição invista na qualificação da equipe técnica dos profissionais do abrigo, já que eles representam o microssistema dos abrigados. Dessa forma, as intervenções realizadas pela equipe devem focar no aprimoramento das relações atuais e no favorecimento da formação de novas relações de apego.

A dissertação expressa uma parte muito pequena da realidade vivenciada, mas, ao mesmo tempo, permite identificar temas de ação que provavelmente serão úteis em outros projetos sociais voltados para o atendimento de crianças que crescem nos abrigos. Conclui-se destacando a importância não apenas das políticas públicas, mas, também da sociedade, na construção de uma rede de apoio às crianças, aos jovens e a suas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C.N.de. (2005). *Teoria do apego: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Alexandre, D. T. & Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. Em: *Psicologia e. Estudo*, Mai/Agos. vol.9, no.2, p.207-217.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, R.C.de & Fiamengui Jr, G.A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. Em: *Ciência e Saúde Coletiva*. V.12 n.5, Rio de Janeiro, set/out, p. 1267-1276.
- Bee, H. (1996). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed.
- Berthoud, C.M.E. (1997). *Filhos do coração*. Taubaté: Cabral.
- Bowlby, J. (2004). *Apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2002). *Separação – angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brazelton TB 1988. *O desenvolvimento do apego: uma família em formação*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- Carvalho, A. M. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. Em: Lordelo; Carvalho & Koller (orgs), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 19-44.
- Cavalcante, L. L. C.; Magalhães, C. M.C.& Pontes, F. A.R. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. Em: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, Vol. VI, Nº 2, set, p. 329-352.
- Cavalcante, L. L.C.; Magalhães, C. M.C.; Pontes, F. A.R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. Em: *Revista Aletheia*, n.25, p.20-34, jan-jun.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. Em *Estudos em psicologia* (Natal), 5(1), p. 71-93.
- Costa, J.F. (1999). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

- Corman, L. (2003). *O teste do desenho da família*. Trad. Adriana Pessolato Cassani. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artmed.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. Em: *Psicologia, Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29.
- Di Leo, J. H. (1987). *A interpretação do desenho infantil*. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Dolto, F. (1991). *A criança do espelho*. Tradução: Alba Maria Nunes de Almeida. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) Brasília: Publicado no *Diário Oficial da União*, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Palácio do Planalto.
- Ferrari, D.C.; VECINA, T.C.C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora .
- Gomes, M.A., Pereira, M.L.D. (2005). A família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*. 10(2): 357-363.
- Guirado, M. (2004). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- GROENINGA, G.C. (2003). O direito a ser humano: da culpa à responsabilidade. In: G.C. Groeninga & R.C. Rodrigo. *Direito de Família e Psicanálise rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- José Filho, M. (2002). *A Família como espaço privilegiado para a construção da cidadania*. Franca: UNESP. (Dissertações e Teses, n 5).
- Kaloustian, S. Manoug (org.). (2000). *Família brasileira: a base de tudo*. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, D.F.: UNICEF.
- Kishimoto, T. M. (1996). *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kotliarenco, M. A. ; Cárceres, I. ; Fontecilla, M. (1997) *Estado de arte em resiliencia*. Washington, D. C. Organización Panamericana de La Salud.
- Leite, M. L. M. (1997). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. (org), *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 17-50.

- Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada da história do Brasil, 1726-1950. In FREITAS, M. (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez .
- Martins, E.; Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. In: *Estudos de Psicologia*, n. 9, p. 177-187. Natal.
- Martins, C.S.(2005). *A compreensão de família sob a ótica de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contras crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado, USP-SP, São Paulo, 136f. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses>. Acesso em: 05 de setembro de 2009.
- Minayo, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5.ed. São Paulo: Abrasco, 1999.
- Muricy, K. (1987). O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: Almeida, A.M. *Pensando a família no Brasil: da colônia a modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 25-42.
- Oriente, I.; Souza, S. M. G. (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. In: *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2(1), São João Del-Rei, Mar/Ago, p.106-116.
- Pereira, E. Vecchi. (2006). *A política social de atendimento à criança e ao adolescente: "O abrigo como espaço de proteção*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Paulista. Franca, 240f.
- Ramos, M. (2003). Novas parcerias, novos conflitos. In: P.B. Gomes (org). *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das estruturas familiares*. São Paulo: Callis.
- Rizzini, I. (1995). *A assistência à infância no Brasil - uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula .
- Rizzini, I.; Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar .
- Santos, D. E. C. (2000). *A avaliação da influência da atividade lúdica no comportamento de crianças institucionalizadas no primeiro ano de vida*. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo – SP.
- Shireiner, G. (Org.). (2006). *Toda Criança em Família*. Proposta para formação de uma associação de incentivo e apoio à convivência familiar. São Paulo: CeCIF .
- Silva, M. K.P.M.; Silva, Lígia A. C. (2004). A manifestação do apego em crianças institucionalizadas em sistema de casa lares. In: *Arq. Apadec*, 8 (supl.): Maio.

- Silva, R. (2002). *Abrigos - Da institucionalização à adoção: um caminho possível?* CECIF, São Paulo. Disponível em www.cecif.org.br/abrigos.htm. Acesso em 20 de agosto de 2008.
- Silveira, S. C.da. (2002). Família é para todos? – A perspectiva de meninos institucionalizados. In: WAGNER, A. (Org.). *Família em cena – tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes.
- Siqueira, A. C.; Dell'aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. In: *Psicol. Soc.* [online]. vol. 18, no. 1, p. 71-80, [acesso em: 18.06.2008].
- Spitz, R. A. (1998). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Stern, D. (1992). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Turato, E.G. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicações nas áreas de saúde*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Trinca, W. (org). (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia: procedimento de famílias com histórias*. São Paulo: Vetor.
- Vygotsky, L.S. (1996). *Teoria e método de Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil - características, expectativas e sentimentos*. Curitiba: Juruá.
- Winnicott, D.W. (2006). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.

ANEXOS

ANEXO – A

ANEXO - B



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



Recife, 03 de dezembro de 2008

PARECER Nº 072/2008 – CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 28 de novembro de 2008, considerou **APROVADO**, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-3835.0.000.096-08- (REGISTRO INTERNO – CEP 054/2008), intitulado:

“REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO: um estudo dos vínculos afetivos em crianças abrigadas”, que tem, como pesquisadora principal:

Profª Dra Albenise de Oliveira Lima (PSICOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O **RELATÓRIO FINAL** deverá ser entregue no semestre correspondente ao término da pesquisa, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof Dr Junot Cornélio Matos
Pró-reitor Acadêmico - PRAc
Universidade Católica de Pernambuco

Profª Dra Arminda Saconi Messias
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Coordenadora Geral de Pesquisa
Universidade Católica de Pernambuco

SAs 3375.4-0



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título da Pesquisa: "Representação de Família e Instituição: Um Estudo dos Vínculos Afetivos em Crianças Abridadas"

1. Sua instituição está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada "Representação de Família e Instituição: Um Estudo dos Vínculos Afetivos em Crianças Abridadas".

2. A seleção ocorreu através do método intencional e a participação da instituição não é obrigatória.

3. A qualquer momento V.Sa., como coordenador da instituição, pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

5. Os objetivos deste estudo são: compreender, através do desenho da família com história (DF-E, como a criança institucionalizada representa a família; investigar os vínculos afetivos que as crianças institucionalizadas estabelecem em relação aos cuidadores e as outras crianças; analisar, através dos desenhos e histórias, as representações da condição de abrigo e as possíveis metáforas oriundas da separação precoce do grupo familiar de origem; e a partir dos desenhos e histórias, investigar as representações sobre os vínculos familiares.

6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em autorizar que as crianças aqui abrigadas e sob sua responsabilidade, de ambos os sexos e na faixa etária de 5 a 7 anos, respondam a pesquisa desenhando uma família e contando uma história sobre o desenho. Posteriormente, os desenhos serão guardados com o pesquisador principal, em local seguro e sem possibilidades de uso por terceiros. Nesse material não haverá identificação das crianças.

7. Não há riscos relacionados com a participação das crianças, no entanto, pode haver constrangimento da parte delas em desenhar uma família. Caso isso ocorra, conversaremos com a criança e só prosseguiremos se ela concordar.

8.Os benefícios relacionados com a sua participação são contribuir para o planejamento de ações de prevenção e atenção à qualidade de vida da criança abrigada, possibilitando uma maior reflexão sobre a participação da instituição e dos programas de intervenção social na formação dos vínculos das crianças abrigadas, bem como orientar a prática de educadores e demais pessoas envolvidas em trabalhos com famílias e crianças em situação de risco e abandono.

9.As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a participação da instituição e das crianças envolvidas.

10.Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação de sua instituição, uma vez que, para assegurar e proteger a privacidade das crianças o material coletado será guardado pelo pesquisador..

11.Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Albenise de Oliveira Lima

**Endereço: UNICAP, Rua do Príncipe, 526, Boa Vista, Recife.
Telefone: (81) 2119-4172**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da instituição e das crianças, na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 - SANTO AMARO - BLOCO G4 - 8º ANDAR - CEP 50050-480 RECIFE - PE - BRASIL. TELEFONE (81).2119.4376 - FAX (81)2119.4004 - ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br

João Pessoa, _____ de _____ de 2009

Diretor da Instituição